

## FICHA TÉCNICA

Director — MANUEL AMORIM  
Coordenador — MANUEL LOPES  
Propriedade — CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE VARZIM  
Composição e Impressão — TIPOGRAFIA CAMÕES  
Tiragem — 1000 EXEMPLARES  
Dep. Legal N.º 35703/90  
ISSN - 0870-4589  
Edição — Dezembro 1994  
Redacção/Distribuição — BIBLIOTECA MUNICIPAL  
"ROCHA PEIXOTO" DA PÓVOA DE VARZIM  
4490 PÓVOA DE VARZIM

# PÓVOA DE VARZIM

BOLETIM CULTURAL

DIRECTOR  
MANUEL AMORIM

VOL. XXXI

1994

N.ºs 1/2

Os artigos são da responsabilidade dos respectivos autores.

Toda a colaboração é solicitada.

O Boletim Cultural "Póvoa de Varzim" aceita permuta e/ou colaboração com outras publicações nacionais ou estrangeiras.

CAPA: Portal sul da Igreja de Rates por onde se entrava para a nave do Sacramento.

EDIÇÃO  
DA  
CÂMARA MUNICIPAL

# AS VISITAÇÕES À PARÓQUIA DE S. PEDRO DE RATES

por MANUEL AMORIM

Há uma vintena de anos, li e transcrevi um velho livro de capítulos de *Visitações à Igreja de Rates*. Procurava, nessa altura, informações sobre a vida da povoação e sua igreja, um complexo monumento de arte românica, para um estudo que viria a publicar, nesta revista, sobre aquele antigo concelho<sup>1</sup>.

Destinada ao uso pessoal, a transcrição nem foi integral nem obedeceu a qualquer norma científica. Limitou-se aos capítulos para extractar as notícias neles contidas, omitindo aquelas partes da acta que, em todas, formalmente se repetem. Inclusive o termo de leitura, sempre da obrigação do reitor da Igreja. Procura-se, em parte, guardar o estilo próprio dos documentos da época actualizando, porém, a grafia da maioria das palavras.

Tão-pouco pensei em dar o texto à publicação. No entanto, devido a alguma pressão nesse sentido por parte de quem o utilizou com proveito, resolvi incluí-lo nesta revista de feição regional, onde não abundam os temas dedicados às freguesias.

Existem dois livros de *visitações à paróquia de Rates*. Só o primeiro (1613-1674), por ser o mais denso em informações, se publica. Infelizmente não chegou íntegro aos nossos dias. Faltam-lhe as primeiras folhas escritas do primeiro caderno e uma folha do segundo. Outras folhas não escritas foram retiradas ao livro. Para melhor ordenamento da transcrição, deu-se ao fólho uma numeração, porque a original, se existiu, desapareceu totalmente com a laceração dos cantos. Também as actas vão numeradas. Para comodidade do leitor interessado, deixo-lhe uma relação, por anos, das obras capituladas.

---

<sup>1</sup> A Vila de Rates no século XVIII, vol. XII-XIII (1973-74).

## Sumário dos capítulos:

### OBRAS NA IGREJA

- 1614 — Foi mandado fazer a parede do frontispício da porta principal (à custa da fábrica instituída em 1611, por o Comendador não se interessar).  
— Nesta data estavam gastos os 60:000 da fábrica e o frontispício da Igreja estava derrubado. Foram grandes as obras mas demoradas e começaram a faltar madeiras e pedras.  
— Retelhar a Igreja e torre do sino e soalhar a torre do sino.
- 1615 — Chamar o oficial da obra do mosteiro perante o seu juiz porque ela vai muito imperfeita.
- 1616 — O pedreiro que faça as obras com brevidade.
- 1618 — Consertar e soalhar a torre dos sinos e acabar com as obras da Igreja.
- 1621 — Reformar a pintura do altar-mor e dourá-lo.
- 1623 — Consertar os caibros do tecto da Igreja.
- 1627 — Tapar o adro.  
— Renovar as pinturas que estão na parede do altar onde está a sepultura de S. Pedro.
- 1630 — Mandar fazer um púlpito.
- 1633 — Manda abrir uma porta na capela do Rosário do lado do norte.
- 1635 — Porá umas portas novas na parte da Claustra ou consertar as velhas.  
— Manda fazer uma imagem de S. Sebastião.
- 1637 — Tapar o adro da Igreja e fazer um fojo.
- 1638 — O sino está quebrado e deve ser fundido de novo.
- 1644 — Fará um espelho com vidraça no frontispício da Igreja sobre a porta principal e porá outra vidraça na porta travessa que fica para a claustra de frente da Capela do Senhor.  
— Fazer a imagem nova de S. Sebastião e enterrar a velha.
- 1654 — Porá um Menino Jesus de vulto.
- 1655 — Mandará fazer um coro.
- 1656 — O coro já está começado e é preciso acabá-lo.
- 1670 — Porão umas grades na porta do adro.
- 1672 — Dourarão o retábulo da altar-mor.
- 1674 — Notifique Domingos Alves Carneiro, de Barcelinhos, para acabar de pintar o retábulo.
- 1674 — O Arcebispo manda fazer uma sacristia na Igreja, que ficará à porta travessa da nave do S.S. Sacramento.

### OBRAS NA RESIDÊNCIA DO REITOR

- 1614 — «... O Reitor não tem casa para residir e por ora se lhe não podem fazer... e o Comendador tem obrigação de pagar a renda da casa e por isso lhe dê 1:000 reis.
- 1617 — Manda fazer a casa residência com sala, câmara fechada e cozinha.
- 1628 — Manda fazer a casa da residência até o S. João, sob pena de 10 cruzados e sequestro. E, enquanto não fizer, dará 2:000 reis.
- 1630 — O Reitor ponha sequestro nos frutos até que o Comendador faça a residência.
- 1633 — Manda dar 2:000 reis ao Reitor para ajuda dos consertos das casas. Para acabar as casas da residência.
- 1635 — Mandar fazer cozinha nas casas da residência, pois a que de presente há, não tem mais que uma sala e câmara pequena de que faz cozinha o Reitor.
- 1640 — O Fabricante dará 3 mil reis ao Reitor para se fazer um palheiro nas casas da residência.
- 1640 — Forrar a câmara e sala da casa da residência e fazer-lhe uma escada de serventia para a cozinha e retelhá-la e revocá-la e porão umas aldravas nas janelas.
- 1641 — Chaminé na casa da residência.
- 1642 — Forrar a sala e fazer a escada da casa da residência.
- 1645 — Consertar a varanda da casa da residência.
- 1648 — Faça um cano e a escada da cozinha.

### CONFRARIAS

Conf.<sup>a</sup> do S.S. Sacramento, 1613, 1626, 1627, 1631.

- 1635 — Manda reformar os Estatutos da Conf.<sup>a</sup>.  
1637, 1640 — forrar o altar de madeira e renovar as pinturas do retábulo e da porta do sacrário.  
1655 — Fazer um sacrário de relevo.

Conf.<sup>a</sup> do Mártir S. Pedro, 1613, 1617, 1637.

Conf.<sup>a</sup> de N.<sup>a</sup> Senhora — 1617, 1623, 1633, 1640.

1629 — Pedem para mudar o altar e retábulo da Conf.<sup>a</sup> de N.<sup>a</sup> Senhora do Rosário para a Capela de S. João.

1632 — Cumpram o Capitulo sobre a mudança do altar.

Conf.<sup>a</sup> de S.<sup>to</sup> Antonio, 1617, 1623.

[fls. 3]

## ACTAS DAS VISITAÇÕES

1

Visitador Dr. António Themudo, Desembargador e Visitador Geral

Data 19-III-1613

Reitor Francisco Rodrigues Barreto

Capítulos: — Mando ao Reitor que em tudo cumpra e guarde, faça cumprir e guardar a seus fregueses todos os capitulos das Vis.<sup>ões</sup> passadas sob as penas delas.

- Mando aos depositários da fábrica que até o S. Miguel cumpram com todas as obras mandadas fazer na visitação passada sob pena de duzentos reis; de novo porão duas alvas e dois amitos e uma manga na cruz.
- Os oficiais do Santissimo Sacramento porãc uma fita de seda larga para a chave do sacrário, sob pena de 100 reis.
- Mando aos oficiais da Conf.<sup>a</sup> do Mártir S. Pedro que das esmolhas do dito Santo ponham um frontal no seu altar do que bem lhes parecer sob pena de 300 reis
- Publicará esta visitação em tres domingos ou dias Santos primeiros seguintes
- Em segredo e particularmente notifique a Pedro vendeiro, a freguesa Ana Gomes, Francisco alfaiate, Pedro R. o velho da Granja, Maria Manuel e Maria Fernandes por estarem em ódio, André Rodrigues e Juliana vendeiros; António Gomes (viúvo), Catarina sua criada, Maria Anes mulher de Francisco Martins (padeiro) e sua filha Ana pareçam ante mim em tres dias sob pena de excomunhão ipso facto aliás declare ao povo por públicos excomungados o que cumprirá o Reitor sob pena de suspensão de suas ordens ipso facto dada ut supra Francisco Teixeira a fez.

**Auto de Leitura** — Li a ves.ão do m.<sup>to</sup> Rev.<sup>do</sup> Snr. D.<sup>tor</sup> Antonio Themudo, desembargador e Vis.<sup>or</sup> Geral neste Arcebispado de Braga pelo Snr. Arcebispo Primaz; Em tres domingos e S.<sup>tos</sup> de Guarda estando todos os fregueses juntos assistentes à missa de terça e por verdade fiz esta hoje 24 de Março 1613 anos.

[fls. 4 a 6]

2

Visitador Dr. António Themudo  
Arcebispo D. Aleixo de Meneses  
Data 26-II-1614  
Reitor Francisco Rodrigues Barreto

Capítulos: — Mando ao Reitor que em tudo guarde e cumpra e faça guardar e cumprir etc.

- Em muitas visitas passadas foi mandado ao Comendador desta Igreja a mandasse reparar do necessário por estarem os telhados da capela-Mor e do corpo da Igreja e torre dos sinos, quebrados e de maneira que chovia muito por elles dentro da Igreja e outro sim por *estar arruinada a parede do frontispício da porta principal foi mandada fazer e porque o Comendador não cumpriu com as ditas coisas mandei correr com elas à custa da fábrica nova que se instituiu o ano de 1611 e por elas serem de muito custo achei que estavam já gastados nas ditas obras os 60 mil reis que dos três anos atrás se tinham pagos para o depósito e por não haver dinheiro para se correr com a dita obra estava derrubado o frontispício da porta principal e que era necessário que com brevidade se consertasse o que não pode ser à custa da fábrica por não ter dinheiro e não se pode esperar que o haja nela; pelo que conformando-se com o breve de S. Santidade pelo qual se ordenam as ditas fábricas, mando que o Comendador continue à custa dos frutos desta Igreja esta dita obra dando para isso o dinheiro necessário o que expira até o S. Miguel deste presente ano sob pena de 20 cruzados e de se pôr sequestro nos frutos e posto que não possa alegar ignorancia o P.<sup>o</sup> Reitor com brevidade dará ordem para se lhe mandar notificar este capítulo.*
- E porque outro sim o Reitor não tem casas onde possa fazer residência e por ora se lhe não podem fazer como noutra sítio está

mandado em visitação mando ao reideiro que à custa dos dízimos dê, em cada um ano, enquanto se as ditas casas não fazem, mil reis ao dito Reitor para ajuda do aluguer das casas porquanto é obrigação do Comendador dar-lhe casas em que viva o que o dito reideiro cumprirá sob pena de 500 reis.

- Mandará o depositário e deputado da fábrica consertar a porta do sino de tudo o que for necessário de modo que fique seguro. E com o tabuado que está no frontispício quando se tirar mandarão *soalhar a torre dos sinos*.
- Achei que algumas pessoas com grande perigo de suas consciências pelo sacrilégio que cometem levam pedras, telhas e madeira desta Igreja para fora dela para servirem em outras obras; provendo nisto mando que as pessoas que tem levadas as ditas coisas as tornem a restituir dentro de 30 dias a esta Igreja sob pena de se proceder contra elas como for Justiça e mando que daqui por diante nenhuma pessoa seja ousada a levar as ditas coisas desta Igreja sob pena de 10 cruzados alem de ser castigado com as mais penas de direito quem o contrario fizer posto que seja official que faz a obra da Igreja porem não pode levar coisa alguma para fora dela.
- O P.<sup>o</sup> Reitor com o depositário dentro em 30 dias farão inventário de todas as peças de ouro, prata, ornamentos e mais coisas que pertencerem à fabrica dela declarando o estado em que cada coisa estiver se é novo, velho ou usado para o que comprarão um livro novo e no fim do inventário façam um termo em que declarem como todas as peças foram carregadas e que não há mais e de como ele Reitor se dá por entregue delas e o dito livro se meterá no cofre do depósito para estar a bom recato.
- Publicará esta visitação em três domingos etc.
- Em segredo notifique Pedro o velho da Granja, Francisco alfaiate, Domingos Fernandes carniceiro, Isabel de Courel, Manuel Fernandes e Gonçalo Fernandes e Pedro Gonçalves do Couto todos tres vizinhos; Francisco Anes e seu pai Domingos Anes e sua tia C.<sup>a</sup> Antonio Gomes e C.<sup>a</sup> sua visinha; Manuel Gonçalves da Rua de Santo Antonio pareçam ante mim em tres dias sob pena de excomunhão ipso facto e proceda contra eles até de participantes e não sendo algum seu freguês o notificará ao seu cura que proceda contra eles nesta forma e um e outro cumprirão sob pena de suspensão de suas ordens ipso facto com brevidade. Francisco Teixeira a fez e subscrevo. Antonio Themudo.
- O auto de leitura é igual ao transacto.

Visitador Dr. António Themudo  
 Data 10-III-1615  
 Reitor Francisco R. Barreto

Capítulos: — Mando ao Reitor e fregueses que em tudo guarde e cumpram e guarde...

- Mando ao Reitor e depositário que em quinze dias façam diligência com o oficial a quem tem dado a obra deste mosteiro e o citem diante seu juiz para que não fique a obra com a imperfeição em que está sob pena de pagarem de suas casas todas as perdas e danos
- Fui informado que nas Confrarias deste mosteiro havia desordem no arrendar dos bens delas e venda do pão e que outros sim os próprios oficiais faziam as terras pelo que mando ao Reitor que quando for tempo de se arrendarem as ditas terras ou venderem o pão o faça tudo por pregão e as faça dar e vender a quem mais por elas der e a tudo assistirá ele Reitor e as contas que derem sem embargo de qualquer outro capítulo em contrario para melhor governo das ditas confrarias e fazendo alguns oficiais em contrario o evitará e não admita sem meu mandato.
- Mando ao rendeiro que em quinze dias pague os mil reis ao Reitor para as casas como está mandado e não pagando assim estes mil reis como não lho pagando ao diante pelo tempo que é costume sequestre os frutos deste mosteiro e a pena em que incorre.
- Publicará esta Vis.<sup>ão</sup> etc.
- Em segredo notifique João Francisco da Granja, Francisca alfaiata, António Gomes, viúvo; Cat.<sup>a</sup> sua vizinha; Domingos Anes e sua mulher e seu filho Franc.<sup>o</sup> Anes, e C.<sup>a</sup> Sousa e Angela Manuel pareçam ante mim em tres dias sob pena de excomunhão ipso facto aliás proceda contra eles até de participantes, para o que lhe cometo minhas vezes. Fr.<sup>co</sup> Teixeira a fez. Ant.<sup>o</sup> Themudo.

Visitador Dr. António Themudo  
 Data 27-II-1616  
 Reitor Francisco R. Barreto

Capítulos: — Mando ao recebedor dos frutos desta Igreja que em termo de 30 dia mande pagar a colheita se ainda a não pagou, aliás o Reitor ponha sequestro nos frutos dela.

- Mandará o depositário da fábrica pôr um missal romano até o Espírito Santo e consertar o telhado e pôr um livro de três mãos para baptizados, defuntos e casados.
- Mando a quem tem o tabuado do frontispicio da Igreja o torne logo para se gastar na Igreja para se consertar o que fôr necessário fazer-se nela e no serviço da torre o que cumprirá em termo de 8 dias. sob pena de excomunhão ipso facto e de dois mil reis.
- Porque fui informado que o dinheiro do depósito se não metia no cofre, mando sobre pena de excomunhão ipso facto ao Reitor e depositário que quando se fizerem as pagas do dinheiro do depósito o metam no cofre e nele estará sempre e dele se tirar para se fazerem as coisas mandadas em vis.<sup>ão</sup>
- O Reitor e depositário façam diligência com o pedreiro para que faça as obras com brevidade e advirtam que está à conta deles esta obra.
- Notificará em segredo e em particular logo com efeito, a Gaspar Ribeiro, vendeiro, e a João Ferreiro, solteiro e a Margarida da feira e a Maria Fernandes, mulher de António Fernandes por brava que em termo de tres dias sob pena de exc.<sup>ão</sup> ipso facto apareçam perante mim para bem da minha visitação aliás passados elles os declarem por publicos excomungados até de participantes para o que lhe cometo minhas vezes e não sendo algum deles seu freguês notificará aos curas de onde forem procedam contra na forma deste capítulo ... Francisco Brás Pais escrevão da vis.<sup>ão</sup> o escrevi. Era ut supra. Ant.<sup>o</sup> Themudo.

Visitador Dr. António Themudo  
Data 23-II-1617  
Reitor Francisco R. Barreto

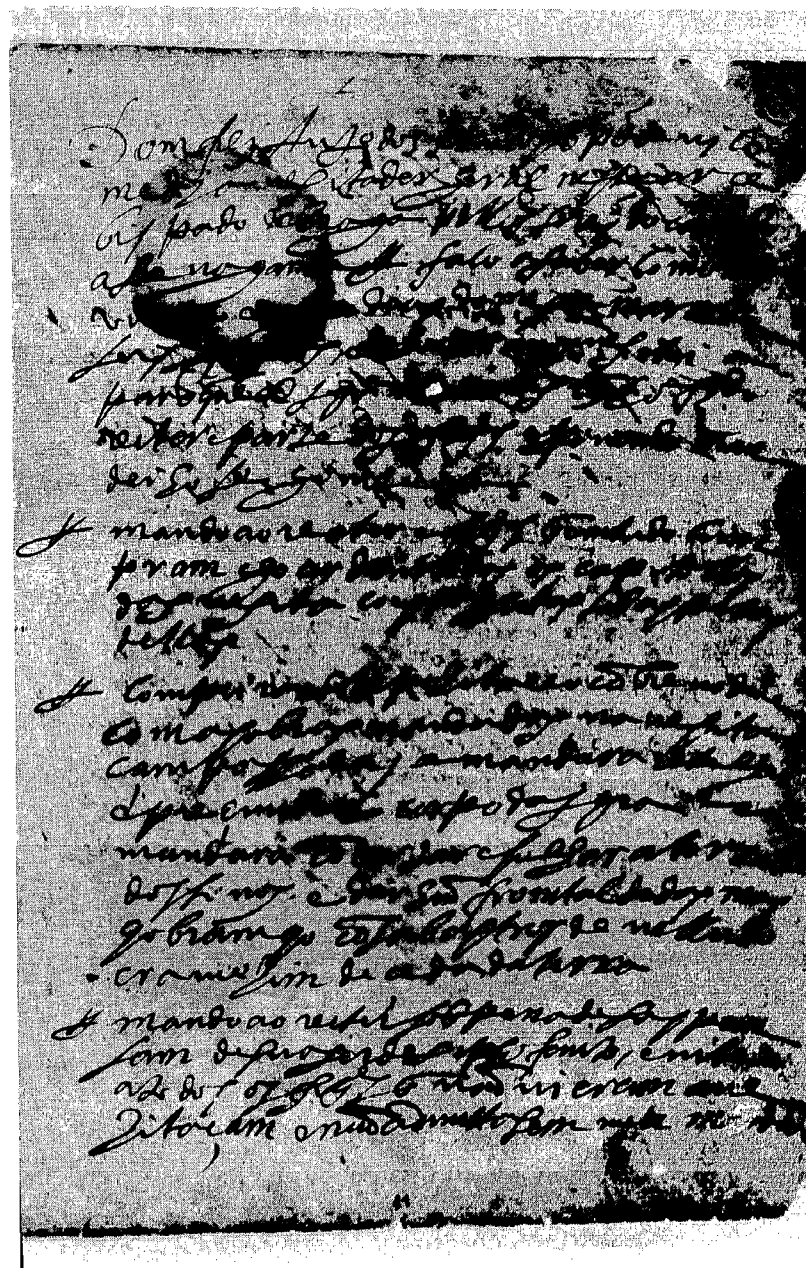
Capítulos — Mando ao depositário e Reitor que com brevidade acabem de aperfeiçoar o telhado da Igreja e consertar a pia e consertar o cálice e fazer-lhe uma patena trocando a velha e ponha mangas nos cálices e uma chave na porta travessa e conserte os vestimentos e fazer umas casas para residência do reitor com sua sala e câmara fechada e cozinha tudo bem acabado e perfeito.

- Mando aos oficiais da Conf.<sup>a</sup> de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> e do Benaventurado S. Pedro que ponham em cada um frontal de chamalote sob pena de 400 reis cada um.
- Mando os oficiais da Conf.<sup>a</sup> de Santo Antonio mandem reparar a dita ermida sob pena de 200 reis.
- Lerá esta visitação em 3 domingos ou Santos e dele porá sua fé.
- Em segredo notifique Ant.<sup>o</sup> Gomes, viúvo, e Catarina da rua direita pareçam ante mim em 3 dias sob pena de exc.<sup>ão</sup> ipso facto aliás proceda contra eles até de participantes para o que lhe cometo minhas vezes. Fr.<sup>co</sup> Teixeira a escrevi Ant.<sup>o</sup> Themudo.

Visitador D. Frei António dos Santos, bispo de Nicomédia  
Data 24-III-1618  
Arcebispo Sede Vacante  
Reitor Francisco R. Barreto

Capítulos: — Mando ao Reitor e fregueses que em tudo cumpram e guardem, etc.

- Cumprirá o depositário com brevidade com as obras mandadas na vis.<sup>ão</sup> passada e mandará retelhar e precintar o corpo da Igreja e



mandará consertar e solhar a torre dos sinos e dar um frontal de damasco branco com sebastros de veludo carmesim de seda da terra.

- Mando ao Reitor sob pena de suspensão de suas ordens ipso facto evite a todos os fregueses que não vierem à visitação e não admita sem meu mandato.
- Lerá esta visitação em tres domingos ou Santos e dela ponha sua fé dada ut supra Francisco Teixeira a fez.
- Em segredo notifique Ana e Margarida por bravas que pareçam ante mim em tres dias aliás as evite e não admita sem meu mandato. Dada ut supra. O Bispo de Nicomédia.

[fls. 12 a 14]

7

Visitador Lic.<sup>do</sup> Antonio Alvares Mourão, visitador das Terras de Faria  
Data 6-IV-1621  
Arcebispo D. Afonso Furtado de Mendonça  
Reitor Fr.<sup>o</sup> Rodrigues R. Barreto

Capítulos: — Conformando com os cap.<sup>os</sup> do meu regimento mando ao pároco sob pena de excomunhão lat. Sent.<sup>a</sup> que daqui em diante não evite seus fregueses por virtude de algumas vis.<sup>ões</sup> que houver por se não emendarem de culpas de vis.<sup>ão</sup> e não lhes passe certidões para recursos de emenda outros sim os evite por culpas futuras, porem não lhe proibo antes lhe concedo que de seu ofício e por razão dele na forma da Const.<sup>ão</sup> possa multar e condenar a seus fregueses que forem remissos em vir à missa, em trabalhar aos domingos e dias santos de guarda, em cometerem desobediência na Igreja contra o mesmo pároco; em não vir aos clamores e não pagando às Conf.<sup>as</sup> as condenações feitas em virtude dos estatutos aprovados por autoridade ordinária ou apost.<sup>a</sup> e não pagando as multas e condenação no tempo que lhes limitar então os poderá evitar da Igreja e deixando-se andar evitados por espaço de um mês avisará aos Rev.<sup>do</sup> Provisor ou Vig.<sup>o</sup> Geral com certidão do tempo que andaram sem obedecer e porque causas e querendo os

evitados socorrer-se do Superior o pároco lhes passará logo certidão sob pena de lhe pagar em dobro as custas que fizerem em vir buscar despacho para a dita certidão. E por virtude do dito meu regimento revogo e hei por revogado os Cap.<sup>os</sup> de Vis.<sup>ão</sup> que ouiver em contrario desta minha.

- Mando ao pároco que daqui em diante nem por si nem por entreposta pessoa faça pactos nem consertos sobre os ofícios e sufrágios dos defuntos, ofertas e esmolos deles o que cumprirá sob pena de Exc.<sup>ão</sup> maior ipso facto, e somente receberá as ditas esmolos e ofertas das pessoas que a isso forem obrigadas na forma da Const.<sup>ão</sup> e costume da Igreja e para que a todos conste como se cumpre com a vontade dos defuntos mando que em um domingo ou dia S.<sup>to</sup> diga na estação tal dia desta semana se fazem os ofícios de fulano para os testamenteiros se poderem achar presentes se quiserem e não o fazendo assim perdem as esmolos e ofertas de tal officio ainda que o tenha feito.
- Fui informado que havia muitas queixas dos muitos gastos que se faziam às Confrarias no comer dos sacerdotes que vinham no dia dos oragos às missas, pelo que para evitar aos ditos gastos que se não permitem e ter outras muitas coisas que há em não ser decência os sacerdotes comerem com leigos *mando aos ditos sacerdotes e clérigos de ordens sacras sob pena de Excom.<sup>ão</sup> maior que daqui em diante comam em mesa apartada sem algum leigo* e os gastos que fizerem fora da mesa dos padres será à conta dos officiais e não à conta das Conf.<sup>as</sup> e o Rev.<sup>do</sup> Reitor dará certidão do que se gastar com os ditos padres somente no que lhe encarrego muito a consciência e sem ela não dará conta aos of.<sup>ais</sup> sob pena de Excom.<sup>ão</sup> e de 500 reis para o S.<sup>mo</sup> Sacramento que se executará sem remissão alguma.
- Foi outro sim informado que os ofi.<sup>ais</sup> das Conf.<sup>as</sup> tomavam para si o pão que recebiam de esmolos ou o davam a quem queriam por menos preço do que convém ao proveito das Conf.<sup>as</sup> pelo que mando que daqui em diante o pão que ouiver de esmolos andarão a pregão na Igreja em 3 domingos ou dias Santos de guarda e mandarão escritos a seis freguesias mais visinhas ao redor e com certidão que se apresentará ao Vig.<sup>o</sup> se poderá arrematar no 3.<sup>o</sup> domingo ou dia Santo se parecer; e sendo necessario ainda mais apregoar o deixarão andar o que tudo cumprirão sob pena de excom.<sup>ão</sup> e de o pagarem de sua casa a perda que derem às Conf.<sup>as</sup> e das esmolos que receberem assim de pão como de dinheiro ou linho farão logo



disso assento no livro no mesmo dia assinado por quem ficar entregue disso e os gastos que fizerem farão deles rol declarando cada coisa de por si em particular e não em geral sob pena de se lhe não levar em conta e de o pagarem de sua casa e para que os que não alegarem ignorância mando ao Rev.<sup>do</sup> Reitor sob pena de Excom.<sup>ão</sup> lat. sent. lhes notifique este cap.<sup>o</sup> lendo-lhe todo tanto que forem eleitos por mais votos, o que cumprirá todos os anos enquanto se não mandar o contrário.

De novo à fábrica

- Mando o depositário da fábrica pôr nesta Igreja uma alva e dois cordões e retelhar onde for necessário e consertar o cano por onde corre a água, e mandará reformar a pintura do altar-mor a óleo e doura-lo onde for necessario na forma que foi feito de princípio por bom oficial e se porá a pregão na cidade de Braga e do Porto e nos mais lugares que parecer e se dará a pessoas que o fizer mais barato e melhor e com melhores tintas ao que assistirá o Rev.<sup>o</sup> Reitor no que lhe encarrego a consciência ao que se dará fim até à primeira vis.<sup>ão</sup> e fechar o adro de parede e fojos de maneira que não possam entrar nele animais.
- Leia e publique na estação a seus freguezes esta minha vis.<sup>ão</sup> em 3 domingos ou dias Santos próximos seguintes e disto ponha a sua fé sob pena de mil reis. Dada na dita Igreja ut supra. Paulo Mendes escrivão da vis.<sup>ão</sup> o escrevi. O Licenciado Antonio Mourão.

[fls. 14 v.]

8

Visitador Antonio Alvares Mourão  
Data 22-II-1622  
Reitor Fran.<sup>co</sup> R. Barreto

Capítulos: — Mando o depositário da fábrica cumpra as obras mandadas na vis.<sup>ão</sup> passada que não estiverem ainda feitas e de novo mandará consertar o cálice grande e a Cruz e um Ritual e renovar o Retábulo da Capela-Mor e uma alva de bom linho e retelhar a Igreja onde for necessário até o S. João.

- O Reitor leia esta a seus freguezes em três domingos de que porá sua fé dada ut supra Gaspar Matoso a escrevi.

224

[fls. 15]

9

Visitador Antonio Alvares Mourão  
Data 9-III-1623  
Reitor Francisco R. Barreto

Capítulos: — Mando ao Rev.<sup>do</sup> Reitor com pena de excom.<sup>ão</sup> ipso facto e de 5 cruzados que acontecendo algum sacrilégio nesta Igreja ou adro dela ou outra parte da sua freguesia notifique e isso o faça saber em termos de 15 dias ao Rev.<sup>do</sup> Vigário Geral dando conta das pessoas ou pessoa que o cometeram e do lugar e modo e das pessoas que disso sabem ou podem saber de quem cobrará certidão.

- O fabricário (sic) da fábrica mandará pôr sanguinhos e duas mesas de corporais com suas guardas e 4 toalhas para as mãos. E consertar o cálice pequeno e a patena e consertar os caibros do tecto da Igreja os que forem necessários e consertar a pia baptismal que não vire a agua e pôr duas âmbulas para os Santos óleos o que se cumprirá até o S. João.
- Os mordomos da Conf.<sup>a</sup> da Virgem N. Senhora porão uns castiçais e os da Conf.<sup>a</sup> de S.<sup>to</sup> António mandarão retelhar a ermida onde for necessário até o S. João sob pena de 500 reis a cada um.
- O Reitor leia esta visitação a seus freguezes em três domingos de que porá sua fé. Dada era ut supra. Gaspar Matoso a escrevi. Lic. Ant. Alvares Mourão.
- Fui informado que os mordomos e mais oficiais das Conf.<sup>as</sup> não davam conta pelo que mando que em termo de 15 dias comprem um livro de uma mão de papel branco para cada uma das Conf.<sup>as</sup> e nele assentem todas as esmolos e mais rendimentos e em outra parte as despesas que se fizerem sob pena de mil reis pagos de suas casas e daqui por diante haverá um tesoureiro e escrivão em cada Conf.<sup>a</sup> de modo que a mesma pessoa não faça ambos os officios sob pena de excomunhão e de 5 cruzados. E aos officiais que não tem dado conta dos anos atrasados darão conta com entrega sob pena de excomunhão e de mil reis em termo de 15 dias. Data ut supra. Mourão.

225

Visitador Dr. Paulo de Mesquita Sobrinho, desembargador da Relação de Braga e Visitador ordinário

Data 15-V-1624

Reitor Francisco R. Barreto

Arcebispo D. Afonso Furtado de Mendonça

Capítulos: — Os administradores da fábrica não cumpriram com mandar pôr duas âmbulas para os santos óleos como lhes foi mandado na Vis.<sup>ão</sup> passada satisfaçam com elas até o dia de São Tiago.

- E de novo mandarão pôr um livro para os assentos dos baptizados e casados e defuntos de duas mãos de papel e fundir os dois cálices e fazer um bem feito. E um pedestal com seu cano para a pia de baptizar e um armário para os santos óleos e um frontal de chamalote roxo para o advento e quaresma e uma vestimenta branca de damasco para as festas. E primeiro de tudo mandarão consertar de madeira nova e boa o forro e telhado da igreja de modo que fique seguro da nave do meio
- Fui informado que quando os sacerdotes vinham a esta igreja aos ofícios vinham com espingardas e com elas entravam na igreja no que há escândalo. E que alguns deles assistiam nos ofícios sem sobrepelizes e livros pelo que mando que não entrem na igreja com espingardas nem assistam aos ofícios sem sobrepelizes com pena de 400 reis e de serem privados da esmola a qual lhe não dará o Reitor quando o contrário fizerem sob pena de paga de sua casa.
- Os mordomos das Conf.<sup>as</sup> acabado o seu ano darão conta aos mordomos novos dentro em 15 dias e entregarão o que restar e dever com pena de excomunhão e mil reis e sob a mesma pena lhes mando que não vendam opas das confrarias antes de o porem a pregão e nenhuma pessoa se assente na mesa das Conf.<sup>as</sup> senão os confrades que aquele ano servirem com pena de 200 reis. Dada aos 15 dias do mês de Maio de 1624 e eu João Dias da Costa o escrevi. Paulo de Mesquita.

Visitador Dr. Paulo de Mesquita Sobrinho

Data 2-VII-1625

Reitor Francisco R. Barreto

Nota — O texto da visita não está íntegro pois cortaram a folha 17 ao livro. No que resta lê-se: «... mandarão até à primeira visitação fazer um *pavilhão de damasco carmesim* para cobrirem o sacrário».

- O R.<sup>do</sup> Reitor terá cuidado de benzer água todos os domingos pela manhã e dirá as missas dos domingos e dias Santos com duas velas no altar com pena de mil reis e não consentirá que se diga missa cantada nesta Igreja com menos de três padres ou cantores que oficiem a dita missa.

Visitador Dr. Manuel Nunes da Costa, Visitador das Igrejas de Vermoim e Faria

Data 1625

Reitor Francisco R. Barreto

Capítulos: — O Rev.<sup>do</sup> Reitor leia, cumpra, guarde, etc.

- Os administradores da fábrica até o dia de Natal porão um frontal de chamalote roxo e uma vestimenta de damasco branco com sebastros de veludo carmesim; um manual romano e uma alva de bom pano de linho com seu amito e mandarão tomar as goteiras das naves nas partes necessárias.
- Os mordomos do S.S. Sacramento não puseram o pavilhão que na visitação passada lhes foi mandado para o sacrário com o que cumprirão até o dia de todos os Santos e até o dito tempo mandarão dourar as chaves do sacrário e cofre.
- Fui informado que os padres que diziam as missas do S. Sacramento as costumavam a dizer fora desta Igreja contra o costume

geral de todas as Conf.<sup>as</sup> pelo que mando ao Rev.<sup>do</sup> Reitor desta Igreja que notifique os Padres que dizem as missas das Conf.<sup>as</sup> e ao diante disserem as venham dizer a esta Igreja e não fora dela com pena de excomunhão ipso facto. E havendo quem as queira dizer de graça por uma devoção os mordomos as darão a quem assim as quiser dizer sob pena de se lhe não levar em conta o dinheiro que nisso gastarem e o pagarem de suas casas. E pelos grandes gastos que há no gasalhado dos padres nos dias das festas das Conf.<sup>as</sup> desta Igreja e pelas desordens que se seguem das tais comidas mando que daqui em diante se dê aos padres a sua esmola em dinheiro e não haja jantares sob pena de se não levar em conta o gasto deles.

[fls. 20 v. e 21]

13

Visitador Dr. Paulo de Mesquita Sobrinho  
Data 21-12-1627  
Arcebispo D. Rodrigo da Cunha  
Reitor Encomendado António Manuel de Viza

Capítulos: — O R.<sup>do</sup> Reitor cumpra, e guarda, etc.

- Os administradores da fábrica não cumpriram com pôr a vestimenta de damasco branco; nem com o frontal de chamalote roxo, nem com o manual romano, mando satisfaçam com as ditas obras até o dia de Páscoa.
- E de novo mandarão pôr duas mesas de corporais com suas guardas e 5 varas de *pano de linho de bom lenço para* o dar da Comunhão; e tapar o adro e pôr lhe no portal do meio uma grade com seu fojo tudo até à 1.<sup>a</sup> Visit.<sup>ão</sup>. *Renovarão as pinturas que estão na parede do altar onde está a sepultura de S. Pedro.*
- Os oficiais que tiverem sepulturas no adro desta Igreja as façam baixar até o dia de Pascoa com pena de 200 reis cada um.
- Os mordomos da Conf.<sup>a</sup> do S.S. Sacramento mandarão alargar a mesa do altar mais a fora e o estrado do pé do mesmo altar para que com mais comodidade se possa nele celebrar.
- O Rev.<sup>o</sup> Reitor leia e publique, etc.

[fs. 21 v. e 23]

14

Visitador Dr. João da Costa Correia, Desembargador e Visitador geral  
Data 29-XI-1628  
Arcebispo D. Rodrigo da Cunha  
Reitor Estevão Pessegueiro de Vilas Boas

Capítulos: — O Reitor guarde e faça guardar os capítulos da Vis.<sup>ão</sup> passada...

- Darão satisfação às obras capituladas e não feitas.
- Porão 1 veu de tafetá para o cálice e 2 mesas de corporais e 1 prato de estanho grande para os Santos Oleos e 2 toalhas de 4 varas de bom lenço para a comunhão e fechar a pia baptismal e uma toalha para o altar-mor e uma chave para a grade da capela-mor.  
Tomar as goteiras e fazer uns caixões para os sacerdotes se revestirem.  
O Reitor sob pena de suspensão ipso facto tenha e não largue a chave da arca do depósito nem o livro da fábrica, que é obrigado a ter em seu poder, a nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja e sendo constrangido ou obrigado a isso dará conta ao senhor doutor Provisor em Braga para que nesta matéria disponha como for justiça, sendo caso que antes do tempo da visit.<sup>ão</sup> o constrangiem a dar a dita chave ou livro porquanto Sua Santidade dispõe na bula da fábrica que o dito Reitor tenha chave e livro e assim ordenou Sua Mag. pelo desembargador que assentou a fábrica das comendas. E outro sim sob a mesma pena o dito Reitor não consentirá que se tire nem tirará dinheiro da dita arca se não em caso que se dê aos oficiais das obras depois de rematadas na forma que Sua Mag.<sup>e</sup> o mandou aliás será multado nas faltas que houver das obras pois se se fizerem na ordem em que ao presente achei nem as obras se farão a tempo nem os Senhores Visitadores saberão contra quem hão de proceder pela negligência delas.  
Mande o Comendador *fazer casa de Residência para o Reitor até o S. João sob pena de 10 cruzados e sequestro dos bens.* E enquanto a não fizer dê 2 mil reis para a renda.

Os of.<sup>ais</sup> da Igreja cerquem o adro e o tapem como foi mandado; arrazem as sepulturas ao nivel da terra e piquem as cruces das sepulturas «... por achar que contra o antigo costume se pôs uma cancela no adro que caía na parte da casa da renda, mando sob pena de excomunhão ipso facto incorrenda dois por cada uma canónica admoestação a tirem as pessoas que a puseram e os fregueses sob pena de 1 cruzado porão no mesmo lugar da parte de fora um fojo para que não entrem os animais a fossar nas sepulturas».

*Monição às Confrarias* «Por achar que as Conf.<sup>as</sup> tinham cómodo rendimento dos fieis que as ajudavam com suas esmolas das quais se podiam fabricar decentemente e que por culpa dos officiais e dos actos que faziam sem ordem e proveito não havia ornamentos convenientes para o culto divino mando que todos os anos se tomem contas os officiais novos aos velhos presente o Reitor e se não levarão em conta gastos de jantares mais que dos ministros que ouver nas festas».

[fls. 24]

15

Visitador Dr. João da Costa Correia  
Data 29-X-1629  
Arcebispo D. Rodrigo da Cunha  
Reitor Estevão Pessegueiro Vilas Boas

Capítulos: — Mando o Administrador da Fábrica fazer as obras capituladas

- Que a missa dos irmãos das Conf.<sup>as</sup> seja mais cedo para os confrades poderem recolher às suas freguesias mais cedo.
- Em visitação me pediram os fregueses que lhe desse licença para mudar o altar e retábulo da Conf.<sup>a</sup> de N.<sup>a</sup> Senhora do Rosário para a Capela de S. João porque desta maneira ficava a Cap.<sup>a</sup> mais ornada. E a Conf.<sup>a</sup> a podia paramentar. O que visto mando que assim se faça contanto que os confrades se obriguem por escritura ao que prometem.

[fls. 25]

16

Visitador Dr. Miguel da Fraga, Visitador da Comarca de Vermoim e Faria  
Data 20-XI-1630  
Reitor Estevão Pessegueiro Vilas Boas

Capítulos: — O Rev.<sup>o</sup> Reitor ensinará a doutrina a seus fregueses aos que tiverem necessidade dela e nas estações de suas missas ensinará a forma do Sacramento do Baptismo a seus fregueses para que todos os saibam assim homens como mulheres porque havendo alguma necessidade urgente saibam como hão de fazer.

- O fabricante satisfaça com as obras mandadas.
- Mandarão fazer um armário da banda do Evangelho forrado de tabuada com uma chave e cortina para estarem os S. Oleos, e mandarão fazer um púlpito para as pregações muito bem feito.
- O Rev.<sup>o</sup> Reitor ponha sequestro nos frutos até com efeito se fazer a dita obra.
- O fabricante mandará fazer uma vestimenta de damasco branco com franjas de veludo carmesim e uma vestimenta de chamalote roxo perfeita até a próxima vis.<sup>ão</sup>

[fls. 26]

17

Visitador Dr. Paulo Mesquita Sobrinho  
Data 22-XI-1631  
Arcebispo D. Rodrigo da Cunha  
Reitor Estevão Pessegueiro Vilas Boas

Capítulos: — Mande fazer a vestimenta branca de damasco já capitulada e consertos na Igreja.

- Mande o Comendador cumprir o Cap.<sup>o</sup> que manda fazer a Casa da Residência.

- Os mordomos da Conf.<sup>a</sup> do Senhor porão 2 mesas de corporais e terão a lampada limpa e bem provida de azeite e acompanharem o Senhor quando for fora.
- Mande fazer o peditório para as Religiosas de Monforte de Lemos.

[fls. 27]

18

Visitador Lic.<sup>do</sup> Paio da Costa Veloso, Visitador geral nesta comarca  
 Data 3-X-1632  
 Reitor Estevão Pessegueiro Vilas Boas

Capítulos: — O Adm.<sup>dor</sup> da fábrica satisfaça as obras capituladas. E de novo porá quatro amitos de lenço; e umas corrediças para o Altar- mor e um estrado para o mesmo e uma vidraça na fresta da Cap.<sup>a</sup> Mor.

- Cumpram o Cap.<sup>o</sup> sobre a mudança do altar de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> para a Capela de S. João. «Por achar um cap.<sup>o</sup> em que já se mandou aos fregueses mudassem o altar de Nossa Senhora do Rosário para a capela que foi de S. João por hoje ficar mais decente e a capela maior mais ocupada conformando-me com o dito capítulo mando aos oficiais da dita confraria mudem o retábulo e imagem de Nossa Senhora para a dita capela aonde farão o altar nas costas dela debaixo da fresta com pena de dois mil reis.»

[fls. 28]

19

Visitador Lic.<sup>do</sup> Paio da Costa Veloso  
 Data 25-XI-1633  
 Reitor Estevão Pessegueiro Vilas Boas

Capítulos: — «O fabricante não satisfez com as obras que lhe foram mandadas fazer na vis.<sup>ão</sup> passada pelo que encorreu nas penas de que por ora o relevo ex causa; de novo mandara fazer uma escada para o pulpito e *abrir uma fresta na Capela do Rosário da banda do norte e retelhar a Igreja onde for necessário e dará dois mil reis ao Reitor para ajuda dos consertos das casas.*»

[fls. 28 v. e 29]

20

Visitador Dr. Paulo de Mesquita Sobrinho  
 Data 18-XII-1634  
 Reitor João de Araújo

Capítulos: — O fabricante satisfaça com o pôr a vidraça na fresta da Capela-mor como lhe foi mandado. E de novo porá dois frontais de chamalote vermelho com sanefas verdes para o altar de S.ta Luzia e do Sepulcro de S. Pedro e umas palavras da sacra em tabua para o altar-mor e tres cordões bentos e um missal dos reformados e uma varão de ferro para as corrediças do altar-mor que fiquem junto do mesmo retábulo e uma escada de pau para o Snr. da mesma Igreja. E consertar as vestimentas rotas uma com a outra tudo até a primeira Vis.<sup>ão</sup> sob pena de 2.000 reis. E satisfeitas as obras da Igreja o fabricante dará *dois mil reis ao Reitor para acabar as casas da residencia.*

- Os mordomos da Conf.<sup>a</sup> de N. Snr. do Rosário e do Subsino satisfaçam com os aniversários que tem obrigação nos tempos costumados.
- O Rv.<sup>do</sup> Reitor até ao dia de Pascoa fará memoria das missas e obrigações que há nesta Igreja fazendo assento no fim deste livro da vis.<sup>ão</sup> de todas as missas anuais perpetuas declarando os nomes das pessoas que as deixaram e quais são os administradores e as terras ou propriedade que são obrigadas com suas confrontações e para o sobredito ter efeito mando com pena de obediência e sob pena de excomunhão maior a todos os administradores que em termo de 15 dias venham declarar ao dito Reitor quais são as terras e propriedades que ficaram sobrecarregadas as ditas missas.

[fls. 29 e 30]

21

Visitador Dr. João Cardoso de Almeida, Desembargador e Chanceler-  
 -mor da Relação de Braga  
 Data 27-X-1635  
 Reitor João de Araújo

Capítulos: — O fabricante não satisfez com as obras mandadas de que o relevo por ora para sob as ditas penas em dobro as faça até à Páscoa.

- De novo mandará acrescentar o altar de S.<sup>ta</sup> Luzia e depois de acrescentada se faça conforme a ele o frontal que lhe está mandado fazer; em o dito altar porá uma cruz e outra no sepulcro de S. Pedro.
- Porá umas portas novas na parte da claustro ou consertar as velhas de maneira que fique bem consertadas e seguras tudo até à 1.<sup>a</sup> visitação.
- E os mordomos do S.S. Sacramento mandarão pôr umas toalhas no altar cortadas e feitas de modo que cubram o altar até debaixo do sacrário. E reformarão os estatutos da Conf.<sup>a</sup> a uso moderno para por eles ser bem servida e reformada a dita Confraria porquanto os que há não serve bastantemente.
- Os mordomos de S. Sebastião mandarão fazer uma imagem nova do gosto moderno porquanto a que de presente há não está decente.
- O fabricante mandará retelhar a Igreja e consertar a escada que vai para a torre dos sinos.
- Havendo dinheiro da fábrica mandará o fabricante fazer uma cozinha nas casas da residencia na parte mais acomodada para que o Rev.<sup>do</sup> Reitor fique agasalhado e mais acomodado porquanto a que de presente tem é muito apertado e não tem mais que uma sala e câmara pequena de que faz cozinha o Rev.<sup>do</sup> Reitor.

[fis. 31]

22

Visitador Dr. Paulo de Mesquita Sobrinho  
Data 3-VI-1637  
Arcebispo D. Sebastião de Matos de Noronha  
Reitor João de Araújo

Capítulos: — O fabricante mandará satisfazer com as obras das V.<sup>as</sup> passadas.

- De novo mandará pôr uma sobrepeliz de pano de linho para a administração dos sacramentos e um guarda-pó para cobrir a mesa

234

do altar-mor e dois véus de tafetá um roxo e outro branco para os cálices e consertar o ferro das hóstias e as portas principais da Igreja e pôr um vaso de estanho para dar o lavatório aos que comungam e uma estante e de trocar a caldeirinha e fazer de novo uma pia baptismal porque a que de presente já não serve por ser quebrada.

- Os mordomos da Conf.<sup>a</sup> de S. Pedro não satisfizeram com o frontal que se lhe mandou.
- Os mordomos da Conf.<sup>a</sup> do S. Sacramento até o dia de Ramos mandarão prover de um candeeiro para as endoenças.
- Os fregueses mandarão tapar o adro desta Igreja e pôr um fojo na entrada dele para que nele não entre gado e pôr uma *pinguela no rio que vem dos pelames* para melhor se poder administrar os sacramentos e os fregueses virem para a Igreja no tempo do inverno até o dia dos Santos.
- O Comendador ou seus rendeiros ou recolhedores darão ao Reitor em cada um ano dois alqueires de trigo e dois almudes de vinho para as hostias da missa dos fregueses e não lhe dando o trigo até o dia de Natal ponha o Reitor sequestro nos frutos.
- Os vereadores e Câmara desta vila querendo que se lhes faça procissão do Corpo de Deus chamem até quatro sacerdotes que a acompanhem com suas sobrepelizes e lhe pague as suas esmolas aliás mando se não faça por não ser decente.

[fls. 32]

23

Visitador Dr. João de Abreu da Rocha, Visitador da Comarca de Vermoim e Faria

Data 11-VI-1638  
Reitor João de Araújo

Capítulos: — Achei o fabricante não ter satisfeito com a sobrepeliz mandada pôr para o serviço da Igreja nem com o guarda-pó do altar maior nem com o conserto das portas da Igreja o que incorreu nas penas da vis.<sup>ão</sup> de que o relevo por me constar que se havia de satisfazer em breve.

- Achei ter muita necessidade esta Igreja ser retelhada por chover nela em muitas partes do que me constava que estava necessitando

235

por experiência pelo que mando ao fabricante a mande logo consertar.

- Outro sim achei que um sino desta Igreja está quebrado e não servia e que alguns pedaços dele andavam por algumas casas pelo que mando o fabricante que em termo de um ano recolha os ditos pedaços e mande fundir o dito sino.
- Aos fregueses foi mandado fechar o adro para os animais não entram nele e pelo não fecharem e me constar que os animais no dito adro tratam de desenterrarem os defuntos e outros entram na Igreja hei por incorridos os fregueses nos 600 reis em que foram cominados e lhes mando sob as penas em dobro satisfaçam a vis.<sup>ão</sup> passada.

[fls. 33 v. e 34]

24

Visitador Dr. Paulo de Mesquita Sobrinho  
Data 17-I-1640  
Reitor João de Araújo

Capítulos: — O Rev.<sup>o</sup> Reitor cumpra e faça..... etc.

- O fabricante até o dia de Páscoa mandará encadernar o missal romano e pôr uma cobertura na pia baptismal com sua fechadura. E dará 3 mil reis ao Reitor para ajuda de se fazer um palheiro nas casas da residência.
- Os fregueses consertarão os caminhos das serventias da Igreja cada um em sua testada.
- Frutuoso Nunes mordomo que foi de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Rosário mandará dizer as missas do ano atrasado em que serviu Gaspar Manuel por estar entregue da esmola delas.
- Por ser obrigação que as missas que mandam dizer os defuntos se digam nos lugares e dias que os instituidores mandaram, *o que se não cumpre pelas Capelas de Tomé de Sousa*. Pelo que mando em virtude de obediência e de se não levar em conta que os Capelães da Capela satisfaçam com as obrigações das missas nos dias que lhes estão assinados o que cumprirão sob pena de serem removidos da dita Capela.
- Os oficiais da Conf.<sup>a</sup> do S.S. Sacramento forrarão o altar de madeira e renovarão as pinturas do retábulo e da porta do sacrário até o dia de Páscoa.

[fls. 34 v.]

25

Visitador Dr. Miguel da Fraga do Vale  
Data 28-X-1640  
Reitor João de Araújo

Capítulos: — O fabricante até ao dia de Páscoa mandará consertar a patena do Cálice dourado, trocar as galhetas por outras novas, e forrar os altares de madeira, trocar os castiçais do altar-mor e os altares serão o da capela mor e o de Santa Luzia e outro sim um pano de cores para o púlpito e forrar a Câmara e sala da casa da residência e fazer-lhe umas escadas de serventia para a cozinha e retelhá-la e revocá-la as quais obras até a prox.<sup>a</sup> e porá umas aldnavas nas Janelas.

- Os freg.<sup>es</sup> mandarão consertar os caminhos que vão para a dita Igreja para a administração dos sacramentos.
- Os mordomos de N.<sup>a</sup> Senhora trocarão os castiçais por outros novos até ao dia de Páscoa.

[fls. 35]

26

Visitador Domingos Gonçalves Vilaça, Cónego prebendado da Sé de Braga  
Data 14-XI-1641  
Arcebispo Sede Vacante  
Reitor João de Araújo

Capítulos: — O fabricante mandará no mês de Março retelhar o Corpo da Igreja e ensocar de cal de modo que não chova nela.

- Fará mais uma chaminé na casa da residência.
- Os mordomos do S.S. Sac. mandarão fazer um altar para o Cristo Crucificado que tiraram da capela aonde esteja venerado.
- Os oficiais e mordomos da Conf.<sup>a</sup> de S. Pedro mandarão pintar e renovar o altar do Benaventurado Santo até a prox.<sup>a</sup> visitação.

Visitador Domingos Gonçalves Vilaça  
 Data 14-XII-1642  
 Arcebispo Sede Vacante  
 Reitor João de Araújo

Capítulos: — O fabricante mandará forrar a sala e fazer a escada da casa de residencia e consertar o que for necessário como lhe está mandado fazer nos capítulos da vis.<sup>ão</sup> anterior.

- O fabricante mandará fazer uma vestimenta e frontal de damasco carmesim com sebastros e sanefas de brocado de cores e uma alva com seu amito e cordão para a dita vestimenta.
- Mandará mais pôr um lampadário de latão com sua lâmpada no Altar de Cristo; mandará pôr um livro de quatro mãos de papel para os casados, baptizados e defuntos e mais um manual até o dia de cinza.
- O fabricante mandará retelhar a Igreja e precintar de cal onde for necessário; mandará abrir a fresta da parte do nascente de sorte que fique a Capela mais clara e lhe mandará pôr um varão de ferro ou grades com sua vidraça.
- Achei que a caixa do cofre em que se mete o dinheiro da fábrica desta Igreja, na fechadura que tem, desfaz uma chave em ambas as fechaduras; mando que faça fechaduras diferentes de sorte que uma chave não abra na outra.
- O Reitor porá uma tábua na Igreja de todas as missas de capelas que há na dita Igreja.
- E porque o Rev.<sup>do</sup> Reitor me fez queixa que lhe não davam cera, nem vinho, nem hóstias para as missas conventuais, mando ao dito Reitor que tanto que lhe não derem as ditas coisas na forma de seu cost.<sup>o</sup> ponha sequestro nos frutos da Igreja (à margem diz "Revogado"; dizem se dá os onze alqueires de trigo para cera, vinho e hóstias que dantes diziam que eram para os gastos das endoenças com os clérigos).  
 A leitura é feita já pelo Reitor Domingos Lopes Amorim.

Visitador Gaspar Ribeiro, Cónego prebendado da Sé de Braga  
 Data 8-V-1644  
 Arcebispo Sede Vacante  
 Reitor Domingos Lopes de Amorim

Capítulos: — O fabricante não satisfez com os Cap.<sup>os</sup> da Vis.<sup>ão</sup> passada e está condenado em mil reis que virá pagar (à margem diz — pago).

- O fabricante de novo mandará fazer um espelho com vidraça no frontespício da Igreja sobre a porta principal e outra vidraça na porta travessa que fica para claustro de frente da Capela do Senhor.
- Mandará retelhar a Igreja e precintar de cal e consertar o forro de emadeiramento de todo o necessário de maneira que não chova na Igreja.
- Outro-sim mandará o fabricante pintar as grades da Igreja da Capela principal.
- Outro-sim mandará pôr uma manga da Cruz roxa para a Quaresma porquanto a que há é já gasta e não serve.
- Mandará mais fazer na casa da residência todo o conserto como é retelhar e cair por dentro e fora e pôr uma chave mourisca na porta da arca.
- O Reitor porá a tábua das Capelas, já capitulada.
- Os fregueses mandarão fazer uma Imagem de S. Sebastião novo como já lhe estava mandado e o Reitor mandará enterrar a imagem de S. Sebastião velho por estar já muito disforme e indecente.

Visitador L.<sup>do</sup> António de Sousa de Oliva, Cónego prebendado  
 Data 18-V-1645  
 Reitor Domingos Lopes de Amorim

Capítulos: — O fabricante mandará consertar o forro da torre com algum tabuado porquanto está perigoso.



— Outro-sim mandará consertar a varanda da casa da residência e pôr uma padieira de pedra na porta de baixo da Varanda e consertar ou pôr um cano novo no telhado da casa da residência e uma janela ou empanada na janela da cozinha.

[fls. 39 v. e 40]

30

Visitador Gaspar Ribeiro  
Data 8-VI-1646  
Reitor Domingos Lopes de Amorim

Capítulos: — O fabricante mandará consertar o telhado da Igreja e mandará fazer cadeias para os sinos e consertar o cano da casa da residencia e retelhar até onde for preciso.

— E porque me foi feito queixa que os vendeiros da vila vendiam vinho aos fregueses antes da missa e que a esse respeito não ouviam missa o que davam grande escândalo pelo que mando ao R.<sup>do</sup> Reitor que ponha um homem fidedigno em segredo para que o avise de quem vende ao domingo ante missa e achando que alguém o faz excepto aos passageiros o condenará em cem reis pela 1.<sup>a</sup> vez e sendo contumazes em 200 réis tudo aplicado para a Conf.<sup>a</sup> do S.S. Sacramento.

[fls. 40 v. e 41]

31

Visitador Gaspar Ribeiro  
Data 7-VI-1647  
Reitor Domingos Lopes de Amorim

Capítulos: — O fabricante mandará retelhar a Igreja e empoçar de cal de modo que o vento não possa levar as telhas; mandará retelhar e consertar a casa da residência e fará as obras que estão mandadas fazer na dita residência.

— Fui informado que o fabricante não tinha o dinheiro no cofre como manda a bula de Clemente VIII pelo que mando ao dito fabricante

que ajunte o dinheiro dentro de um mês e o meta no cofre e entregará uma chave ao Rev.<sup>o</sup> Reitor.

[fls. 41 v. e 42]

32

Visitador Gaspar Ribeiro  
Data 19-VI-1648  
Reitor Domingos Lopes de Amorim

Capítulos: — O fabricante mandará retelhar a Igreja porquanto chove nela e na casa da residência fazer um cano e a escada da cozinha.

— Os fregueses não tem satisfeito com mandar fazer a Imagem de S. Sebastião pelo que os condeno em mil reis que pagarão esta visitação e se não pagarem o Reitor procede contra o juiz e mordomo do Subsino.

[fls. 42 v.]

33

Visitador Gaspar Ribeiro  
Data 21-IX-1649  
Reitor Domingos Lopes de Amorim

Capítulos: — O fabricante não satisfez com as obras mandadas na visitação passada pelo que incorreu nas penas ditas mas o libro por me constar ter dado a obra aos officiais e ter já preparado os materiais.

— E de novo mandará pôr uma caldeira para água benta e uma sobrepeliz para a administração dos sacramentos.

— Fui informado que o Rev.<sup>o</sup> Reitor no dia da eleição dos officiais da S.S. Sac. a perturbava com se meter a fazer o officio de escrivão da dita eleição e assim se não faziam nem elegião as pessoas que eram para o cargo por ele subornar e escrever o que lhe parecia, pelo que mando que daqui por diante não sirva, nem use do officio do escrivão e o deixe servir a pessoa que para isso for eleita.

Visitador Gaspar Ribeiro  
Data 22-X-1650  
Reitor Domingos Lopes de Amorim

Capítulos: — O fabricante não satisfez o mandar pôr a sobrepeliz e a caldeira d'água benta no que incorreu nas penas dos capítulos das quais pagará a metade.

- De novo mandará o fabricante pôr uma vidraça na capela de N.<sup>a</sup> Snr.<sup>a</sup> do Rosário e pôr um ferro na fresta e pôr um fojo no adro.
- Porá uma vestimenta verde e consertar as casas da residência.

Visitador Simão de Magalhães de Barros, Cónego prebendado  
Data 16-III-1652  
Reitor Domingos Lopes de Amorim

Capítulos: — De novo mando ao fabricante que do presente até ao Espírito Santo mande retelhar e reparar a Igreja de todo o necessário e as casas da residência; e pôr duas chaves, uma para a porta da rua e outra para o palheiro.

- Os fregueses ponham um fojo bom e forte de modo que não passem gados nem porcos por ele para o adro.

Visitador João de Meira Carrilho, Cónego prebendado  
Data 7-I-1654  
Reitor Domingos Lopes de Amorim

Capítulos: — O fabricante mandará fazer uma alva aparelhada e uma cadeira para a estação e mandará consertar a vestimenta velha e o frontal e retelhar a capela e corpo da Igreja precintando-a muito bem de modo que não chova nela e mandará consertar o missal e porão um Menino Jesus de vulto e mandará consertar as portas principais. Outro-sim se houver dinheiro no depósito da fábrica mandará fazer um coro até à próxima visitação.

- Fui informado que alguns clérigos os quais se intrometiam a dizer algumas missas cantadas nos domingos e dias Santos e de festas sem licença do Rev.<sup>o</sup> Reitor o que é contra o direito da sua Igreja pelo que mando que daqui em diante nenhum se intrometa a dizer as tais missas sob pena de excomunhão sem licença do Reitor e outros si não poderão sob a mesma pena nos tais dias dizer missa rezada antes da conventual porquanto os fregueses vão a ela e não vem à conventual a que tem obrigação salvo quando houver alguns passageiros que a queiram ouvir e isto com licença do Reitor e não se tangerá sino quando a quizerem dizer.

Visitador João de Meira Carrilho  
Data 12-III-1655  
Reitor Domingos Lopes de Amorim

Capítulos: — O fabricante não satisfez como lhe foi mandado na Vis.<sup>ão</sup> passada com mandar fazer o coro que seria por não haver dinheiro bastante para ele, pelo que lhes mando o comece com o dinheiro que tiver da fábrica para se ir acabando com o que for caindo e que satisfaça até à primeira visitação.

- De novo mandará retelhar o telhado da Igreja e capela de telhado dobrado de modo que não chova nela.
- O Juiz e oficiais da Conf.<sup>a</sup> do Senhor mandarão fazer um sacrário de relevo para o Snr. visto me constar ter a dita Conf.<sup>a</sup> dinheiro o que satisfaçam até o S. Miguel.

Visitador João de Meira Carrilho  
Data Março de 1656  
Reitor Domingos Lopes de Amorim

Capítulos: — O fabriquante não satisfez com o que lhe foi mandado na Vis.ão passada com mandar fazer o coro e visto estar já começado o relevo das penas em que incorreu.

- O Juiz e oficiais da Conf.<sup>a</sup> do Senhor não satisfizeram com o que lhe foi mandado com mandarem fazer o sacrário de relevo porquanto o que há não é capaz e tomando mais inteira informação, como ordenam os Snrs. do Cabido acho que não tem causa que os releve de o fazerem.
- Os fregueses mandarão fazer um frontal de festa com suas toalhas para o altar de Cristo e mandarão abaixar as campas da Igreja.
- Fui informado que nesta Igreja muitas pessoas tangiam os sinos dela para as audiencias e decimas e outras coisas profanas e porque só são dedicados para se tangerem para as coisas sagradas da Igreja e não profanas no que há grande escândalo pelo que mando que daqui por diante nenhuma pessoa tanja os tais sinos para coisas profanas e não os tangerão para as missas sem ordem do Reitor.

Visitador João de Meira Carrilho  
Data 6-VI-1658  
Reitor Domingos Lopes de Amorim

Capítulos: — O fabricante mandará pôr uma alva aparelhada e mandará retelhar a Igreja e encadernar o missal e fazer umas galhetas e consertar as outras.

- O Juiz e oficiais da Conf.<sup>a</sup> do Snr. não satisfizeram com o que lhes foi mandado com mandarem fazer o sacrário no que mostraram grande descuido e incorreram na pena de 2 cruzados que pagarão em termo de três dias.

- Fui informado que nos 3.<sup>os</sup> domingos dos meses vinham alguns clérigos a esta Igreja assistir às procissões do Snr. e que assistiam sem sobrepelizes portanto mando aos oficiais dessa Conf.<sup>a</sup> lhes não paguem não trazendo sobrepelizes

Visitador Dr. João Mendes de Araujo, Desembargador dos resíduos e Cónego prebendado  
Data 18-IX-1659  
Reitor Domingos Lopes de Amorim

Capítulos: — O fabricante mandará consertar a Igreja de modo que não chova nela e satisfaça com tudo o mais que lhes está mandado.

- Os fregueses não satisfizeram com o frontal e toalha para o altar de Cristo como lhes foi mandado.

Visitador João de Meira Carrilho  
Data 21-III-1662  
Reitor Manuel Correia  
Arcebispo Sede Vacante

Capítulos: — O fabricante mandará pôr uma alva aparelhada de tudo o necessario e uma toalha para o altar-mor e de uma das velhas mandará fazer panos de mãos e mandará fazer uma mesa de Corporais com sua guarda e uma dúzia de sanguinhos e uma galheta que diga com a outra a que falta a companheira e dois bancos para o coro para se assentarem os sacerdotes quando officiam as missas e mais officios divinos.

- O Juiz e oficiais do S.S. Sacramento mandarão fazer meia duzia de panos de mãos para o altar e uma cortina de tafetá carmesim com uma franja para a porta de dentro do sacrário e outra para a porta de fora.

Visitador Domingos Ferreira de Santarem, Cónego prebendado da Sé de Braga  
 Data 13-VI-1663  
 Reitor Manuel Correia

Capítulos — O fabricante não satisfez com as obras mandadas nos cap.<sup>os</sup> atrás.

- De novo porá um veu vermelho para quando o Senhor vai fora, um ritual, um velante para o Menino Jesus; consertar o missal.
- Os fregueses satisfizeram com as obras mandadas fazer no capítulo atrás; de novo pintarão o túmulo do sepulcro e porão duas mesas de corporais e os oficiais de Nossa Senhora uma mesa de corporais.

Visitador João de Meira Carrilho  
 Data 21-V-1664  
 Reitor Manuel Correia

Capítulos: — O fabricante não satisfez como lhe foi mandado nas vis.<sup>ões</sup> passadas em mandar fazer a alva aparelhada nem com o ritual romano e incorreu nas penas dela.

- Os fregueses mandarão pôr uma chave na pia baptismo dentro de oito dias aliás o Reitor proceda contra o juiz e oficiais da Igreja e os evitará dela e outros sim mandarão consertar a Rua lançando a água pelo meio cada um em sua testada sob pena de 200 reis e outros sim mandarão consertar o caminho desde o padrão até S.<sup>to</sup> António.
- Os oficiais da Conf.<sup>a</sup> de N.<sup>a</sup> Snr.<sup>a</sup> do Rosário mandarão fazer um frontal roxo para o advento e quaresma para o altar da Senhora.

Visitador Domingos Ferreira Santarém  
 Data 2-VI-1668  
 Reitor Manuel Correia

Capítulos: — O fabricante satisfez com as obras mandadas fazer.

- De novo mandarã consertar a patena e porã meia dúzia de sanguinhos e retelhar a Igreja de modo que não chova nela.
- Os fregueses satisfizeram com as obras mandadas e de novo não mando fazer obras por estar a Igreja bem consertada.
- Fui informado que os oficiais que servem as Conf.<sup>as</sup> do Snr. desta Igreja e as demais Conf.<sup>as</sup> que nela há não satisfazem as suas obrigações e que servindo de juizes da vara não querem ir em seus lugares com becas e varas das Conf.<sup>as</sup> pelo que mando que aqueles que daqui em diante faltarem nas tais obrigações o Rev.<sup>o</sup> Pároco os condene.
- Os oficiais da Conf.<sup>a</sup> do S.S. Sacramento mandarão fazer uma alva com seu cordão e amito.

Visitador Simão Barreto Bravo, Cónego da Sé de Braga  
 Data 9-XII-1666  
 Reitor Manuel Correia

Capítulos: — O fabricante mandarã consertar a estola branca e manipulo até o Natal e não mando mais obras nem aos fregueses porque de presente achei esta Igreja provida do necessário.

Visitador Dr. Jerónimo Ribeiro de Carvalho, Provedor e Juiz dos resíduos

Data 27-IX-1667  
Reitor Manuel Correia

Capítulos: — O fabricante de novo mandará fazer umas cortinas roxas ou azuis para o altar-maior.

[fls. 54 v.]

47

Visitador Dr. Jerónimo Ribeiro de Carvalho  
Data 4-X-1668  
Reitor Manuel Correia

Capítulos: — O fabricante satisfez com as obras, de novo mandará pôr um manual e retelhar a Igreja.

[fls. 55 v.]

48

Visitador Dr. Gonçalo Barbosa, Cónego penitenciário da Sé de Braga  
Data 26-X-1669  
Reitor Manuel Correia

Capítulos: — O fabricante mandará pôr umas cortinas de linho para o altar-mor e uma mesa de corporais e um missal e uns tocheiros para porem os círios nas missas conventuais e uma alva com seu amito e cordão, um confeccionário, um taburno para se revestirem os sacerdotes ao redor do caixão.

— Os oficiais do S. S. mandarão comprar um missal e uns corporais com sua pala e um manual para o coro para as missas cantadas.

— Os oficiais de N.<sup>a</sup> Snr.<sup>a</sup> do Rosário porão uma estante no altar e uma pedra de ara e uns corporais.

[fls. 56]

49

Visitador Simão de Magalhães de Barros  
Data 6-XI-1670  
Reitor Manuel Correia  
Arcebispo Sede Vacante

Capítulos: — O fabricante porá um prato de estanho com uma toalha de linho para os Santos Óleos. Mais uma vestimenta de damasco verde e um frontal ou sanefas de veludo verde. Mais um lampadário para a capela de S. Pedro, de bronze com toda a perfeição que possa ser.

— Mandará retelhar a Igreja donde for necessário mais um cálice com a sua patena. Mais duas toalhas de pano bem fino com suas rendas.

— E um vaso de prata para o lavatório da comunhão o que farão até dia de S. João.

— Os oficiais do S.S. Sac. porão umas dalmáticas que digam com a capa de asperges.

— Mais porão um pano de estante no altar porque o que tem é velho.

— Mais consertarão um castiçal para dizer com os outros que estão no altar o que farão até o dia de S. João.

— O Juiz da Igreja mandará pôr umas grades na porta do adro para que não entrem os animais dentro.

— Fui informado que os fregueses muitas vezes ou por descuido punham chapéus ou carapuços sob os altares ou se encostavam a eles, cousa indecente de cristãos pelo que mando ao Rev.<sup>o</sup> Pároco constando-lhe que fazem este desacato alguma pessoa por ignorância os condene em 2 tostões (à margem lê-se: altares).

— Outro sim os oficiais das Conf.<sup>as</sup> darão conta das festas ao Rev.<sup>o</sup> Pároco sob pena de proceder contra eles.

[fls. 57 v.]

50

Visitador João Lobato de Sousa  
Data 3-VI-1672  
Reitor Manuel Correia  
Arcebispo D. Verissimo de Lencastre

Capítulos: — Porquanto é notório que os votos que se pagam à Mitra andam muita parte deles sonogados com pouco escrúpulo de consciência dos que os devem e também fui informado da grande dificuldade que há na cobrança deles que tudo resulta em notório prejuízo da mitra e querendo atalhar a que de todo se não percam as rendas da Igreja que são dedicadas para sustentação dos ministros que a servem e aumento da mesma Igreja e culto divino ordeno e mando que todas as pessoas que são obrigadas a pagar votos os paguem até o dia de S. Miguel de cada um ano ao posseiro que houver do casal e não havendo o pagarão a pessoa que tiver a maior parte dele que será obrigado a aceitar a possouaria por assim lhe pertencer por direito e passado o dito termo e constando ao pároco dos que não tinham pago proceda contra eles...

- Os oficiais da Conf.<sup>a</sup> do Santíssimo mandarão forrar o sacrário de cetim encarnado por dentro e mandarão pôr umas cortinas de chamalote roxo para a quaresma e advento o que farão antes de acabarem o seu ano.
- O fabricário mandará dourar o retábulo do altar-mor tanto que houver dinheiro para isso o que o mandará pôr a pregão no foral mais vizinho a esta Igreja para fazer menos gastos à fábrica e o dará ao oficial que melhor e mais acomodado o fizer cobrando certidões das rematações para se lhe levar em conta.

[fls. 58 v.]

51

Visitador Dr. Martim Rebelo de Macedo, Visitador da Comarca de Vermoim e Faria  
Data 8-VII-1673  
Reitor Manuel Correia

Capítulos: — Por que vi no livro da fabrica que se tinham entregue quarenta mil reis à administradora dos frutos desta comenda com condição de que sendo necessário o dito dinheiro para obras desta Igreja que se tornaria a restituir para o que se deu fiança na forma de Provisão da Mesa da Consciência e porque é muito necessário dourar-se o

retábulo da Capela-mor e retelhar e calçar o corpo da Igreja mando ao Rev.<sup>o</sup> Pároco ponha sequestro nos frutos desta Igreja e o não levantará sem especial mandato e se constando que o fabriqueiro recebeu os ditos quarenta mil reis que se lançaram no livro do recibo e darão satisfação a dourar o retábulo o qual se porá a pregão e se arrematará a quem mais comodo o fizer.

[fls. 59 v.]

52

Visitador João Lobato de Sousa, Visitador da Comarca de Vermoim e Faria  
Data 2-X-1674  
Reitor Manuel Correia

Capítulos: — O pároco sob pena de obediência avise ao pároco de Barcelinhos para que notifique o seu freguês Domingos Alves Carneiro que dentro em 8 meses acabe de pintar o retábulo que tem tomado nesta Igreja de S. Pedro de Rates por ser acabado o tempo em que se obrigou a dá-lo feito e passado o dito termo que lhe dou não tendo a dita obra aprefeioadamente acabada sendo feito sabelor disto pelo pároco desta Igreja proceda na forma do meu mandato contra o dito mestre seu freguês até que lhe conste ter feito por certidão do dito pároco desta Igreja o que cumprirá o dito Pároco de Barcelinhos.

- Os oficiais do S. S. porão uma estante no altar do Senhor para as Missas.
- O pároco me fará certo por uma certidão do número das pessoas que há por crismar na sua freguesia o que fará dentro de trinta dias.

[fls. 61]

53

Visitador **Visita Pastoral**  
Arcebispo D. Verissimo de Lancastre  
Data 14-XII-1674

Capítulos: — «... estranhámos muito não haver nela sacristia e nos pareceu coisa muito indecente estar o caixão dos ornamentos na Capela-Mor e mais despejos e vestirem-se nela os sacerdotes para haverem de celebrar o Santo Sacrifício da Missa e mais officios Divinos. Pelo que ordenamos que logo se faça uma sacristia à porta travessa da nave do S.S. Sacramento no lugar e do tamanho que apontamos ao Reitor Manuel Correia com seu lavatório para se lavarem os sacerdotes antes e depois de dizerem missa e com os armários necessários para recolhimento dos calices e missais e outras coisas tudo com muito perfeição e estará feita e acabada até o dia de S. Miguel do ano que vem e não havendo dinheiro da fábrica para esta obra se fará à custa dos frutos e ao Reitor mandamos e encomendamos que faça executar esta nossa ordem pontualmente sem mais dilação.»

(Selo do Arcebispo)

No fim do livro tem "Titulo das Missas perpetuas que tem esta Igreja".

"Na visitação de 18-XII-1637 manda-se" fazer memória das missas e obrigações que há nesta Igreja fazendo assento no fim deste livro de Vis.<sup>ão</sup> declarando o nome das pessoas que as deixaram e os admistradores das terras sobre cuja obrigação pedem."

# TOPONÍMIA DA PÓVOA DE VARZIM

(2.<sup>a</sup> actualização a partir de Maio de 1992)

por JORGE BARBOSA

## PREFÁCIO

Nos Boletins Culturais "PÓVOA DE VARZIM", vol. XXVII (1990) e vol. XXVIII (1991), n.º 1, publiquei uma 1.<sup>a</sup> actualização da Toponímia da Póvoa de Varzim, a partir de Outubro de 1982 e por aqui me ficaria, como escrevi no PREÂMBULO de 1990, esperando que "outros carolas se encarregarão, pelos tempos fora, de ir completando este trabalho e de elaborar um actualizado ementário toponímico da nossa terra".

Ao terminar esta 1.<sup>a</sup> actualização toponímica, em 1991, escrevi ainda julgar "ser este o meu último contributo para o estudo da *toponímia poveira*", passando assim o "testemunho a outrem que, com mais competência, possa e queira dedicar-se a estes estudos a fim de, futuramente, lhes dar seguimento. (...)"

Porém, contra o que eu esperava, a Divina Providência ainda me permitiu dar mais uma achega (será a última?) como adiantamento a este estudo da nossa toponímia, registando e desenvolvendo mais 27 novos topónimos locais, oficializados desde 13 de Maio de 1992 a 24 de Fevereiro de 1993. É natural que por aqui fique o meu modesto contributo na actualização deste estudo.





A proposta foi acompanhada da seguinte nota justificativa:

“João Agostinho Landolt, filho de Cândido Landolt, nasceu na Póvoa de Varzim (21-6-1889 — aliás 29-6-1889) e faleceu em Barcelos (13-5-1967).

Augusto Landolt, jornalista, natural da freguesia da Sé, Porto, e de Rosa Emília Correia, natural de Barcelinhos, Barcelos e ambos residentes na Rua da Junqueira, foi neto paterno de Fernando Augusto Landolt e de Maria do Carmo e materno de João Salvador Correia e de Ana Joaquina Moreira. Foram seus padrinhos João Alves da Silva Júnior, casado, industrial, da Covilhã, e Agostinho José da Silva, casado, escrivão da comarca da Póvoa de Varzim, residente na Praça do Almada, que serviu de madrinha.

Casou na Matriz da Póvoa de Varzim, no dia 10 de Setembro de 1910, com Isménia dos Prazeres Soares, de 26 anos de idade, natural da Póvoa de Varzim e filha de Manuel Gomes Soares e de Ana Carolina Soares.

João A. Landolt faleceu em Barcelos, às 15.30 horas do dia 13 de Maio de 1967, com 77 anos de idade.

Como seu pai, foi um distinto jornalista e um poveiro muito bairrista. Colaborou na imprensa local e foi director, proprietário e editor de “A Póvoa de Varzim”, “Revista quinzenal ilustrada, genuinamente patriótica, de usos, costumes e lendas — tradições e actualidades poveiras”, “Edição de propaganda à praia, a primeira do país”, que se publicou de Outubro de 1911 a Junho de 1917. Nela colaboraram, entre outros, Cândido Landolt, Dr. Belarmino Pereira, Bernardino da Ponte, Bernardino Faria, Laurindo Oliveira, Manuel Silva, Leopoldino Loureiro, Viriato Barbosa e colaboração fotográfica de João Lopes Pereira, Avelino Barros, J. Marques, José Eduardo Calheiros, Padre Aurélio Faria e outros. Esta Revista é um volumoso repositório de importantes elementos para a história da Póvoa de Varzim e que se lê com muito agrado e proveito.

Um facto que considero notável e digno de registo é o de em todo o texto desta publicação não se encontrar a mínima referência à política local, então muito exacerbada, nem a menor beliscadura a quem quer que seja.

Disse Fernando Barbosa, no seu último trabalho intitulado *Periódicos poveiros*, publicado neste Boletim Cultural (que fundou e dirigiu), Vol. II, 1959, n.º 2, que esta revista “continuou jornal, constando esta ‘2.ª série’ apenas de 5 números, o primeiro de 19-7 e o último de 31-8-1917”. Em carta dirigida a Fernando Barbosa no dia 6 de Fevereiro de 1950, Agostinho Landolt esclarece que “devido à carestia do papel, passei a publicar a Revista em forma de jornal” e que “este terminou somente por falta de colaboradores que (o) auxiliassem por o jornal ser m.º grande”, lamentando-se depois de que “a terra não me ajudou”.

Agostinho Landolt editou ainda o “Anuário Varzino para 1913 — 1.º ano”, opúsculo de 60 páginas, que é um almanaque e não voltou a ser publicado.

Desalentado e desgostoso, Agostinho Landolt saiu da Póvoa em 1919 por, entre outras coisas, aqui o “trabalho ser mal pago, mal incitado, mal reconhecido”, conforme desabafou por carta com o seu amigo Baptista de Lima — ver: *João Landolt*, “in Póvoa de Varzim, Materiais para a sua monografia histórica...”. Este mesmo publicista, Setembro de 1953, n.º 5, p.º 78. Foi então para Barcelos, onde estabeleceu a sua tipografia e se dedicou às artes gráficas.

Eu tenho fundamentos para pensar que João Landolt abandonou a sua terra, que tanto extremava, também por motivo de perseguições ideológicas (era monárquico e profundamente católico). Em 1922 já nos aparece a residir na cidade do Porto, onde reinstalou a sua “Tipografia Landolt”, na Rua da Picaria, 83, e aí editou “A Primavera, Órgão Mensal das Crianças Portuguesas” e onde também era impressa “A Bela Aurora

Seguindo as pisadas de seu pai, foi um distinto jornalista muito dedicado à sua terra. Foi director, proprietário e editor de “A Póvoa de Varzim, revista quinzenária ilustrada, genuinamente patriótica, de usos, costumes, lendas, tradições e actualidades poveiras. Arquivo de materiais para a história concelhia. Edição de propaganda à praia, a primeira do país”. Esta revista, hoje já muito rara e muito apreciada, foi publicada de Outubro de 1911 a Junho de 1917.”

— Quinzenário de Moços e para a Mocidade”, publicação nacionalista dirigida por Júlio Augusto Nogueira e tendo por emblema um escudo, com as 5 quinas e os 7 castelos, encimando um leitreiro com os dizeres “Avante pela Pátria”; o n.º 11, 1.º ano, deste quinzenário, é todo dedicado à memória de Cândido Augusto Landolt, sendo de destacar a colaboração de Júlio Augusto Nogueira, Padre Lima Machado, Baldaque Guimarães, Manuel Silva, Padre Giesteira (pároco das Marinhas), Cândido Bacelar, Carlos Guedes, João Agostinho Landolt (2 estrofes de 10 versos — ou 2 décimas), Dá Mesquita, Bernardino Faria, Josué Trocado e Vicente Braga.

Por volta de 1935 entra João Landolt para a redacção do diário portuense “O Primeiro de Janeiro”, onde se conservou até se reformar. Adoentado nos últimos anos da sua vida, padecendo de grande surdez e de acentuada depressão psíquica, passa por vezes alguns dias em casa da amiga família de D. Maria José Novais, em Barcelos, aí tendo falecido inesperadamente, numa dessas ocasionais visitas, no dia 13 de Maio de 1967.

No semanário local “Ala Arriba” de 8 de Maio de 1971, seu primo e grande amigo Aberto Leal dedicou-lhe um artigo intitulado *Da minha gratidão — João Agostinho Landolt*, do qual se transcrevem alguns elementos esclarecedores da personagem do nosso biografado: ... “Excessivamente modesto e de espírito humilde, sofria do complexo de inferioridade, talvez, devido à sua total surdez”. ... “Os seus desabafos, bem sentidos, eram de um vencido pela ingratidão e pelo ostracismo a que era votado”. — “Pois o primo Landolt era pessoa afável e amiga do seu amigo, possuindo um coração de oiro. Amava ardentemente a Póvoa, tendo perecido em Barcelos, cidade que ele também muito admirava ...”. “Tive ocasião de constatar os seus inegáveis dotes de bondade e de inteligência, pois tanto ele como o seu progenitor, muito contribuíram, pugnando pela elevação literária da Póvoa, belo rincão à beira mar plantado. Possivelmente, pela sua demasiada modéstia, por se considerar uma figura apagada, a sorte lhe foi adversa, motivo porque nunca subiu os degraus da fama, nem tão pouco se alçandou em lugares a que a sua autorizada competência e honestidade tinha jus”.

Na carta que em 6 de Fevereiro de 1951 dirigiu a Fernando Barbosa, confessava-se muito desiludido da vida e da ingratidão dos homens, afirmando já não vir à Póvoa há mais de 20 anos, mas prometendo-lhe uma próxima visita, por observar que estava em frente de um estudioso, pelo que é justo amparar-lhe os passos, incitando-o a prosseguir nos estudos da história concelhia (da Póvoa de Varzim).

Aqui deixo um retrato do grande poveiro João Agostinho Landolt, que tão relevantes serviços prestou para o conhecimento da história da nossa terra.

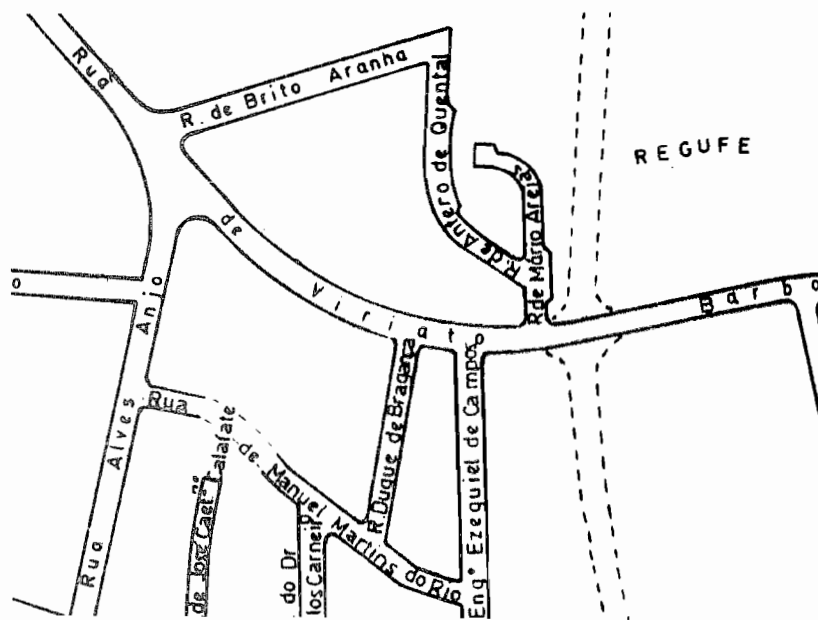
Ainda sobre a vida e a obra deste biografado, ver JOÃO AGOSTINHO LANDOLT — *Memorando um poveiro esquecido?*, por Jorge Barbosa, in “A Voz da Póvoa” de 6, 13, 20 e 27 de Outubro de 1994.

**Rectificação:** João Agostinho Landolt nasceu no dia 29 de Junho de 1889 e não em 21 do mesmo mês e ano, lapso devido a errada informação de sua filha D. Maria Altina.

ANTERO DE QUENTAL (RUA DE) — Em reunião camarária de 24 de Junho de 1992, foi aprovada uma proposta da C. M. T., datada de 5 de Maio de 1992, dando o nome de *Rua de Antero de Quental*<sup>3</sup> ao arruamento que tem início na Rua de Mário Areias e curva para o Norte, terminando na Rua de Brito Aranha.

A proposta da C. M. T. foi acompanhada de seguinte nota justificativa:

[Foi Antero de Quental] “Um grande Escritor nosso Vizinho — que também nos pertence. Porque a sua grandeza ultrapassa as fronteiras do nosso país e, assim, nos honra a todos como figura cimeira da literatura portuguesa que é.



<sup>3</sup> Antero Tarquínio do Quental nasceu em Ponta Delgada, Açores, no dia 18 de Abril de 1842 e faleceu na mesma cidade em 11 de Setembro de 1891. Matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1858, onde conviveu com muitas celebridades do seu tempo e se formou em Direito. Foi poeta, escritor ensaísta, político e filósofo com espírito angustiado pela dúvida metafísica e religiosa. Liderou a Questão Coimbrã, em 1865, polémica literária suscitada pela carta-prefácio com que António Feliciano de Castilho apresentou o *Poema da Mocidade* de Pinheiro Chagas, à qual respondeu Antero com vilenta diatribe intitulada de *Bom senso e bom gosto*. Neste célebre contenda tomaram

Desnecessário se torna traçar aqui a sua bio-bibliografia, a qual poderá ser lida em qualquer compêndio ou manual de literatura. Apontaremos apenas as essenciais balizas: 18 de Abril de 1842/11 de Setembro de 1891, em Ponta Delgada (Açores) onde nasceu e morreu.

De permeio, em exaltantes e luminosas vivências, podem referir-se outros lugares do vasto mundo: Coimbra onde estudou; Lisboa onde chegou a viver, Paris e Nova Iorque aonde o levaram as suas passadas de erradio; Vila do Conde que lhe ofereceu uma década (1881-1891) de dourada e criadora tranquilidade interior.

Como Régio, também o atraíram os ares lavados e as praias largas da beirada poveira, que conheceu em breves estadias e despreocupadas passeatas. Na Póvoa residia, nessa época, um dos seus mais íntimos amigos: João Lobo de Moura, investido nas suas funções de Juiz da Comarca.

É assim que a nossa terra é mencionada em algumas das suas cartas: “Meu João / Já te devia ter escrito, mas tenho passado todos estes dias na Póvoa de Varzim, fazendo companhia ao Lobo de Moura, a quem morreu subitamente a mulher e que muito o tem sentido”. (Carta a João de Deus, s/d, escrita em Vila do Conde). Ou então: “Vai vagar a Comarca da Póvoa de Varzim, e o Lobo de Moura pretende ser para ali transferido. Imagina como vai ser bom para mim ficarmos assim vizinhos. Com o Lobo de Moura na Póvoa, o Oliveira Martins no Porto e o Alberto Sampaio em Famalicão, fico literalmente rodeado

parte, entre outros, Ramalho Ortigão, Camilo Castelo Branco e Teófilo Braga, da qual resultou um duelo entre Antero e Ramalho, que mais tarde se harmonizaram.

Depois de uma vida agitada, como militante de um socialismo muito ideológico, adoeceu gravemente com doença nervosa, tendo consultado o Dr. Sousa Martins e até o célebre especialista parisiense Dr. Charcot, resolvendo-se, em 1881, retirar-se para a pacatez da linda Vila do Conde, à procura de sossego e tranquilidade, pois já estava muito desiludido da vida. Acompanhado de duas meninas órfãs, que protegia, filhas do seu amigo Germano Meireles, em Vila do Conde se conservou até Abril de 1891, data em que regressou à sua terra natal. São deste último período da sua vida os melhores sonetos que escreveu, sendo de destacar *Solemnia verba*, *Voz Interior*, *O Convertido* e *Na Mão de Deus*. São notáveis outros seus *Sonetos*, as *Odes Modernas*, *Os Cativos*, *A Fada Negra* e o *Hino da Manhã*, além de outros trabalhos. Dirigiu e colaborou em alguns jornais, como *A República Federal*, *A República — Jornal da Democracia Portuguesa*, *O Pensamento Social* e a *Revista Ocidental*. São de assinalar, também, as suas *Primaveras Românticas — Versos dos Vinte Anos* (1872).

Com 12 dos seus companheiros das lides literárias iniciou as célebres Conterências do Casino Lisbonense, em 1871, as quais, ao fim de 5 conferências, foram proibidas.

Antero de Quental não chegou a fazer parte do grupo *jantante* *Vencidos da Vida* (1888-1895) que reunia no Hotel Bragança, formado por grande parte dos seus amigos, por, desde 1881, residir em Vila do Conde.

de amigos". (Carta a sua irmã Ana de Quental, Vila do Conde, 3. Agosto. 1882).

E por singular coincidência os três dilectos amigos de Antero têm, entre muitas, uma coisa de comum: a sua ligação à Póvoa. Já vimos a de Lobo de Moura. Oliveira Martins, que requereu ao Rei em nome dos nossos pescadores, conhecia a nossa terra desde os trabalhos de levantamento da ligação ferroviária ao Porto. Alberto Sampaio, que por aqui veraneou, foi um dos mais sérios e melhor apetrechados historiadores da nossa terra e da nossa região.

Na toponímia local, que tem homenageado alguns dos mais insignes vultos da literatura nacional que estadiaram na nossa terra e a ela aludiram nas suas obras, não parecerá desajustada a consagração do escritor a quem Eça de Queirós apelidava de Génio e de Santo!

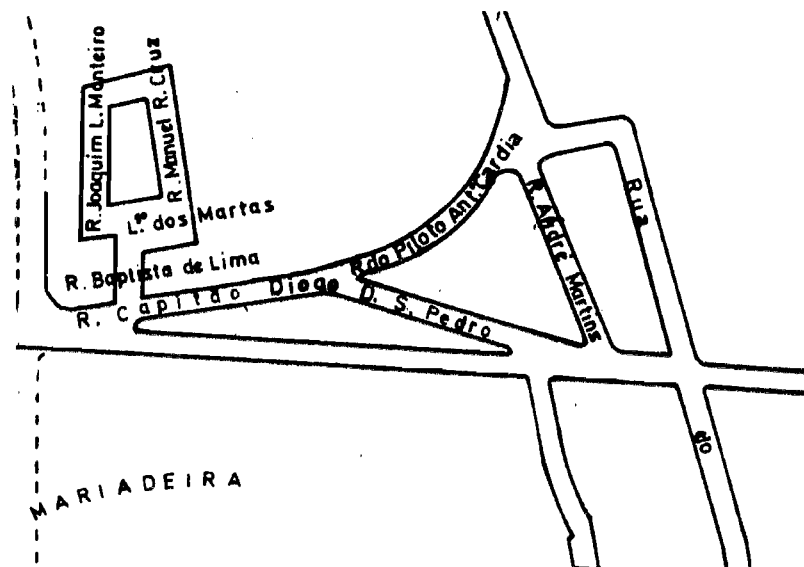
Mas o que importa reter nesta proposta toponímica é, não só a modesta contribuição da Póvoa às comemorações do I Centenário da Morte de Antero de Quental (1891-1991) mas, acima de tudo, a intenção de integrar no corpo comunicante da cidade o nome de um escritor, cujo pensamento permanece actual, justificando e exigindo todo o esforço de compreensão e atenta leitura.

Como ainda há dias escrevia um articulista espanhol, Antero "é, todo ele, um símbolo do homem contemporâneo, dividido entre os apelos da acção social e colectiva de visão e disciplina racionalista e a atracção mágica da alma solitária, egocêntrica e unicamente atenta ao rumor dos seus segredos mais íntimos", ver: Juan Eduardo Zuniga — Actualidade de Antero de Quental, in 'Babelia', Sup. Lit. de 'El País', Madrid, 16 de Maio 1992".

**ANTÓNIO CARDIA (RUA DE)** — Em reunião camarária de 24 de Junho de 1992, foi aprovada uma proposta da C. M. T. datada de 5 de Maio de 1992, dando o nome de *Rua de António Cardia*<sup>4</sup> ao arruamento que tem início na Rua do Capitão Diogo Dias de S. Pedro e segue para o Norte, até à confluência das Ruas de Gaspar Cardoso e de André Martins.

<sup>4</sup> António Cardia, ilustre e prestante cidadão poveiro, casou em 18 de Setembro de 1616, com Maria de Faria Grangeiro, de Azurara, Vila do Conde, filha de António Manuel Grangeiro e de Catarina de Faria, sendo esta, por sua vez, filha de Diogo Dias de S. Pedro, outro piloto e poveiro muito ilustre que foi, portanto, avô da mulher do Capitão António Cardia.

Do referido casamento de António Cardia com Maria de Faria Grangeiro, nasceu uma só filha, de nome Mónica Cardia, baptizada em 12 de Setembro de 1617 a qual casou, em primeiras núpcias, em 19 de Junho de 1639, com o piloto Manuel Afonso, de



S. Miguel de Palme, Leça, e do qual enviuvou, tendo Mónica Cardia casado depois em segundas núpcias, no dia 21 de Junho de 1650, com Heitor Pinto de Almeida, filho que foi de João Cerveira de Morais, da Esgueira, e de Maria Pinto de Macedo, tendo então Mónica Cardia adoptado o apelido Macedo, de sua sogra.

António Cardia foi figura destacada no meio social poveiro da sua época, tendo sido piloto-mor da Armada que foi à libertação e defesa da cidade da Baía, Brasil. Depois da restauração das Ordenações do Reino, por D. João IV, passou a desempenhar as funções de capitão da Vila da Póvoa de Varzim.

Segundo Belarmino Pereira, em artigo intitulado *Habitações Urbanas*, inserto na Revista Quinzenal "A Póvoa de Varzim", de João Agostinho Landolt, 1.º ano, n.º 18, da 2.ª quinzena de Junho, presume-se, com certo fundamento, que Mónica Cardia (e possivelmente seu pai António Cardia) tivesse residido na casa com frente de silharia e alpendre exterior situada em frente dos antigos Paços do Concelho, na esquina da Rua da Consolação (agora Rua da Conceição) com a actual Rua da Igreja (antiga Rua da Praça) e na qual, já neste século, viveu o Dr. José António de Castro Alves, secretário da Câmara Municipal. E actualmente propriedade da Comissão Fabriqueira da Matriz.

Foi graças a um legado de António Cardia e de sua filha Mónica Cardia de Macedo à Confraria do Santíssimo Sacramento que se instituiu a celebração das cerimónias da Semana Santa na Póvoa de Varzim, conforme testamento comum que fizeram em 16 de Abril de 1678, acrescentado de um codicilo dado só por António Cardia em 24 de Abril de 1679, dos quais se transcrevem, para divulgação, as partes mais importantes para o assunto em questão:

"Ordenamos e deixamos por legado que se realizem na igreja matriz d'esta villa da Póvoa de Varzim, *in perpetuum rei memoriam* os officios da semana santa de cada um anno, como vem a saber o officio de trevas na quarta feira de tarde que se começarão a hora e tempo que se acabem a hora da Trindade; — e na quinta feira seguinte se exporá o Santíssimo com o acatamento devido, e de tarde se fará o officio costumado; — e, na sexta feira se fará também como é costume nas mais egrejas, e aqui com procissão de

A proposta foi acompanhada de seguinte nota justificativa:

[António Cardia] — “Piloto de Navios, foi uma das figuras de maior destaque na sociedade poveira do século XVII. Com a restauração das Ordenações do Reino, por D. João IV, a Câmara da Póvoa de

enterramento do Senhor; — e no sábado se fará o officio das fontes, com declaração de que na quinta feira da semana santa de todos os annos se fará um sermão da paixão do Senhor pelas 9 horas da noite.”

Do Codicilo, respiga-se o seguinte passo:

“.....

Deixo uma alcatifa melhor que se achar nesta casa e uma almofada de seda lavrada de vermelho para se pôr a servir na sexta feira maior, no meio da igreja e sobre ela se adorar o Santo Christo da Cruz da igreja, na adoração que na dicta sexta feira se faz do Senhor; a qual alcatifa e almofada não servirão mais que para o que dito tinha e declarado.”

Estas cerimónias da Semana Santa tiveram início no ano de 1686 segundo o P.e Manuel Amorim, em 1687 na opinião do Coronel Martins da Costa e de Flávio Gonçalves e em 1688 segundo Bernardino Faria e começaram a ser realizadas na antiga Matriz do Lugar da Mata até 1756 e na actual Matriz a partir do ano de 1757. Foram realizadas sempre com toda a solenidade até aos nossos dias, com excepção no ano de 1808, por motivo da 2.ª invasão francesa. Na Semana Santa de 1987, a Confraria do Santíssimo Sacramento comemorou com solenidade especial o tricentenário da realização destas cerimónias, facto que ficou assinalado com a cunhagem de uma medalha comemorativa da efeméride.

António Cardia faleceu na Póvoa de Varzim em 4 de Maio de 1679 e sua filha Mónica Cardia de Macedo morreu também na Póvoa de Varzim no dia 19 de Abril de 1680, tendo sido sepultados na Igreja Matriz (antiga).

Bibliografia a consultar: “O meu Panteon”, de Cândido Landolt, Póvoa de Varzim, 1912, págs. 15 a 17; “A Póvoa Linda”, de Cândido Landolt, Póvoa de Varzim, 1914, págs. 73 a 77 e 149 a 153; *A Confraria do Santíssimo Sacramento da Póvoa de Varzim (esboço histórico)*, por Martins da Costa, in Boletim Cultural “Póvoa de Varzim”, vol. XXII, 1983, n.º 1, págs. 28 e seguintes e Manuel Amorim, *Algumas informações sobre os Cardias e Os Cardias, a Semana Santa e a Confraria do S.º Sacramento*, in “O Comércio da Póvoa de Varzim” de 22 de Setembro de 1988 e 27 de Outubro de 1988.

Não devo terminar esta biografia sem tentar novamente corrigir um engano que foi divulgado por alguns historiadores locais.

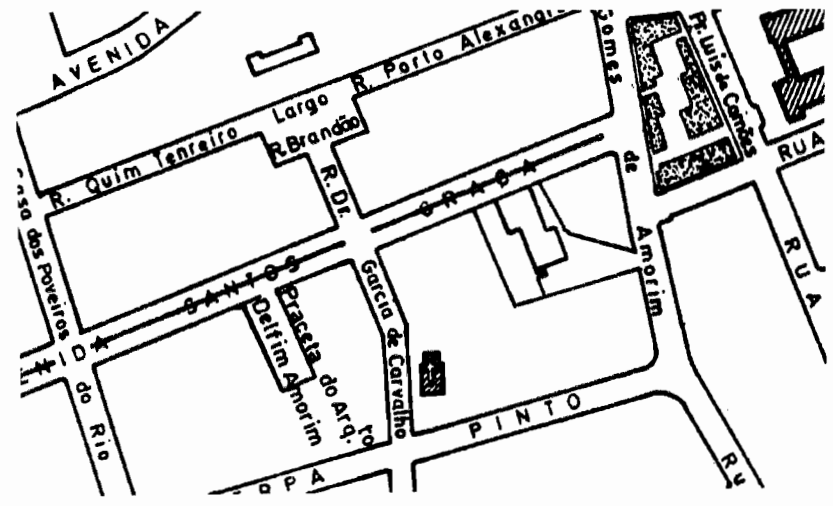
O Padre José Gesteira, nas suas “Memórias históricas ...”, de 1851, interpretou mal o que Veiga Leal escreveu em 1758 na resposta à pergunta 18.ª da sua “Notícia da Villa da Povo de Varzim ...”, concluindo erradamente que o Capitão António Cardia era irmão do Capitão Diogo Dias de S. Pedro, erro depois seguido e divulgado por Cândido Landolt e Viriato Barbosa. Esta inexactidão foi notada por Fernando Barbosa e emendada nas suas *Correções e anotações à História local, IV*, in “Ideia Nova” de 24 de Agosto de 1940, correção que foi confirmada por P.e Manuel Amorim e Coronel Martins da Costa e por mim próprio, conforme refiro e esclareço na “Toponímia da Póvoa de Varzim”, ao tratar do topónimo Rua do Capitão Diogo Dias (de S. Pedro), em 1980.

Fica assim esclarecido novamente que António Cardia não era irmão do Capitão Diogo Dias de S. Pedro nem este era tio da Mónica Cardia de Macedo. Na realidade, o Capitão Diogo Dias de S. Pedro era avô da mulher do Capitão António Cardia e bisavô da Mónica Cardia de Macedo.

Varzim escolhe-o para capitão da vila, até aí pertencente ao Presidente da Câmara, cargo que António Cardia desempenhou até à morte. Com sua filha Mónica Cardia de Macedo deixou um significativo legado destinado a instituir na Igreja Matriz as solenidades da Semana Santa (1678).

A historiografia local dá-lhe o cargo de piloto-mor da armada que, em 1625, foi à libertação da cidade da Baía.”

ARQUITECTO DELFIM AMORIM (PRACETA DO) — Em reunião camarária de 24 de Fevereiro de 1993, foi aprovada uma proposta da C. M. T. datada de 11 de Dezembro de 1992, dando o nome de *Praceta do Architecto Delfim Amorim*<sup>5</sup> a um arruamento em



<sup>5</sup> Delfim Fernandes Amorim nasceu às 23 horas do dia 2 de Abril de 1917, na freguesia de Amorim, Póvoa de Varzim, e faleceu em 10 de Abril de 1972, no Hospital do Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Foi filho de António Fernandes Amorim e de Joaquina Gomes Bouça Nova, ambos de Amorim, neto paterno de Joaquim Fernandes Amorim e de Ana Fernandes Moreira e neto materno de Manuel Gomes Bouça Nova e de Maria Martins Bouça Nova. Casou em 25 de Agosto de 1944 com Maria da Graça do Eirado Amorim, sua conterrânea.

Concluiu o Curso de Arquitectura na Escola Superior de Belas Artes do Porto, em 1947, tendo-se desde logo revelado um competente profissional. Deixou na nossa terra algumas obras com ideias renovadoras, sobretudo na construção de moradias.

Participou no I Congresso dos Architectos Portugueses (1948), no Congresso Luso-Espanhol de Arquitectura e na Organização para a Defesa da Arquitectura Moderna



nome e a memória de Bento de Freitas, a quem a Póvoa tanto ficou a dever, recordando-o num novo arruamento poveiro, como é de inteira justiça. (Ver o que a tal respeito escreveu Jorge Barbosa no Boletim Cultural 'Póvoa de Varzim', vol. VII, 1968, N.º 2, pp. 277 a 282)."

**CARLOS CARNEIRO (RUA DO DR.)** — Em reunião camarária de 24 de Junho de 1992, foi aprovada uma proposta da C. M. T. datada de 5 de Maio de 1992, dando o nome de *Rua do Dr. Carlos Carneiro*<sup>7</sup> ao arruamento que parte da Rua de S. Brás e termina na Rua de Manuel Martins do Rio.

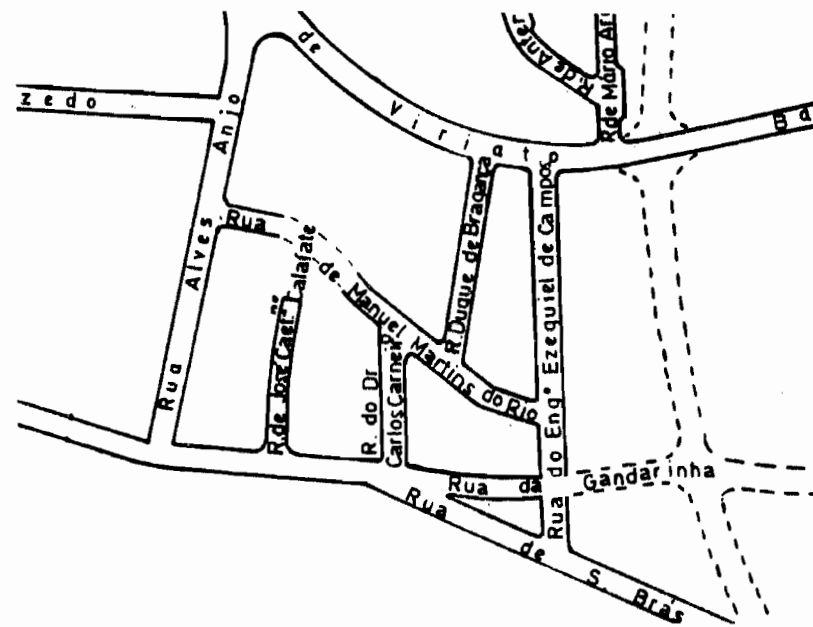
A proposta da C. M. T. foi acompanhada da seguinte nota justificativa:

"(Póvoa de Varzim, 8.6.1896-6.7.1950) — licenciado em Medicina Veterinária, em Lisboa, passou a maior parte da sua vida profissional em Angola, onde exerceu com muita competência profissional cargo de chefia em várias repartições dos Serviços Pecuários e Veterinários daquela ex-Província Ultramarina. Deixou o nome ligado ao progresso económico e industrial de Angola, nomeadamente quanto ao

<sup>7</sup> O Dr. Carlos Baptista Carneiro nasceu na Póvoa de Varzim, às 2 horas da tarde do dia 8 de Junho de 1896, na Rua da Igreja. Filho de Francisco Baptista Carneiro e de Maria da Luz Ferreira Lopes Carneiro, ambos da Póvoa de Varzim. Foi seu padrinho o avô materno Timóteo Ferreira Barbosa, morador na Rua de S. Pedro e madrinha sua avó paterna Cristina Gomes Moreira, da Rua da Igreja. Casou em 14 de Novembro de 1919 com Maria Henriqueta de Sá Tenreiro (irmã do *Quim Tenreiro* — Joaquim de Sá Tenreiro Júnior —, já homenageado na toponímia poveira). Faleceu na Póvoa de Varzim, às 16 horas do dia 6 de Julho de 1950, na casa n.º 17 da Rua de Sacra Família. Foi pai do Dr. Manuel João Tenreiro Carneiro, advogado, o primeiro Presidente da Câmara da Póvoa de Varzim, eleito, em 1976, depois do 25 de Abril de 1974.

Licenciou-se em Medicina Veterinária, em Lisboa, e passou a maior parte da sua vida profissional em Angola, onde exerceu, com muita competência, cargos de chefia em várias repartições de Serviços Pecuários e Veterinários. Deixou o seu nome ligado ao progresso económico e industrial de Angola, nomeadamente quanto ao desenvolvimento das pescas, comercialização do pescado e implementação de algumas indústrias ligadas ao sector pesqueiro. É notável o seu livro "O Mar de Angola", de 240 páginas (Luanda, 1949), recheado de vastos ensinamentos atinentes à sua fecunda actividade profissional. Foi pioneiro da introdução das traineiras motorizadas no mar angolano e colaborou no jornal "A Província de Angola"; escreveu também o livro "O Amboim", referente a essa riquíssima zona de café e sisal. Foi condecorado com o galardão de Cavaleiro da Ordem do Império.

Sobre o Dr. Carlos Carneiro, escreveu Jorge Barbosa no semanário local "A Voz da Póvoa", de 18 de Junho de 1992, um artigo intitulado *Um poveiro esquecido... (?)*.



desenvolvimento das pescas, comercialização do pescado e implementação de algumas indústrias ligadas ao sector pesqueiro. É notável o seu livro "O Mar de Angola", de 240 páginas (Luanda 1949), recheado de vastos ensinamentos atinentes à sua fecunda actividade profissional. Foi pioneiro da introdução da traineira motorizada no mar angolano, colaborou no jornal "A província de Angola". Escreveu também o livro "O AMBOIM" referente a essa riquíssima zona de café e sisal, recebeu o galardão de Cavaleiro da Ordem do Império.

Foi casado com D. Maria Henriqueta Tenreiro (irmã do Quim Tenreiro, já homenageado na toponímia poveira) e pai do Dr. Manuel João Tenreiro Carneiro, o primeiro Presidente da Câmara Municipal eleito em 1976, depois do 25 de Abril de 1974. Saudoso da sua terra, vinha passar algumas temporadas à Póvoa de Varzim, aqui tendo falecido. As suas primeiras palavras no livro "O Mar de Angola", que a seguir se transcrevem, são dignas de figurar numa antologia da história trágico-marítima poveira."

Vamos então transcrever esse magnífico trecho do Dr. Carlos Carneiro, pois merece ser conhecido e divulgado:

"Nasci junto do mar, numa praia do norte, onde ele é bravo e encapelado. Santa sepultura de mártires e escola magnífica de heróis.

Ouvi, com alvoroço, a vaga violenta, espumante e ruidosa que envolve, num segundo, a pobre embarcação que ela desloca.

Assisti a trágicos naufrágios e a comoventes heroísmos. Envervei-me, esmagado pela dor, perante a dor, a angústia e o grito de desespero de mães que assistiam, alucinadas, ao trágico desaparecimento de seus filhos, roubados à vida pela onda revolta. Vibrei de comoção, sentindo intensamente a angústia de noivas, de esposas e de filhas dos que, em dias de tempestade, se deixavam sepultar nas águas assassinas daquele retalho do Atlântico que tanto se convulsiona.

E em noites nevoeirentas que convidam a gente sã, o povo humilde da minha terra, a, cheio de religiosidade, erguer as mãos ao céu pedindo a protecção divina para os que andam sobre as águas do mar, o som atroador duma sirene roubava-me o sono, agitava-me os nervos e absorvia o meu espírito de quadros tétricos, da luta tenebrosa que, em tais noites, se travava entre o mar inclemente e o homem pacífico que sobre ele vivia, na ânsia desgraçada de nele colher o que lhe era indispensável à vida — o pão amargo de cada dia.

Conheci gente moça, vigorosa, forte, que não receava a vida e a quem o futuro não amedrontava, sepultar-se, heróica e mártir, no oceano impiedoso que a si a chamava.

Ouvi a velhos lobos do mar, de face enrugada e carcomida pela acção violenta das grandes intempéries e de titânicos desesperos, histórias aterrorizantes da luta entre o homem e a fera oceano.

E porque a minha mocidade se desenrolou, sentindo as sensações fortes da desgraça, as vibratilidades violentas de abnegações praticadas, de heroísmos sãos e de resignações santas, junto daquela praia onde nasci e onde o mar é mau e encapelado, no decorrer da minha vida nunca a dor humana atingiu tão profundamente a minha sensibilidade como aquelas tantas dores que, cheio de comoção e de desespero, me alvoroçaram o espírito e nele marcaram o índice máximo do sofrimento humano.

E porque assim é, tenho pelo homem do mar, pelo herói incógnito a quem o exibicionismo irrita e onde a vaidade não tem guarida, a adoração e o culto que me merecem as coisas divinas.”

\* \* \*

“Quis o acaso que uma necessidade técnica me colocasse junto desses homens, perto do Atlântico, mas diferente daquele que tanto me fez vibrar na minha infância e que me deu exemplos formidáveis para eu poder seguir, altivo, na vida.

É bonançoso e tranquilo o mar que banha Angola, onde uma colmeia de homens, dele, procuram arrecadar, dia a dia, hora a hora, a riqueza que ele alberga e de que é pródigo.

Mas se os tranquiliza a bonança constante deste mar bendito, desassossega-se a vida, nas suas tenebrosas manifestações económicas e sociais.

A mentalidade desses homens é rude, mas sã. As suas virtudes são grandes, como grande é o seu amor ao trabalho.”

CHIÃO DO LIRO (RUA DO) — Em reunião camarária de 24 de Junho de 1992, foi aprovada uma proposta da C. M. T., datada de 5 de Maio de 1992, dando o nome de *Rua do Chião do Liro*<sup>8</sup> ao arruamento que tem início na Rua de António Gonçalves Linhares e termina na Rua de Penalves.

A proposta da C. M. T. foi acompanhada de seguinte nota justificativa:

“Francisco da Silva Sencadas, bravo pescador que merece ser destacado entre os demais ‘lobos do mar’ poveiros, pelo memorável e

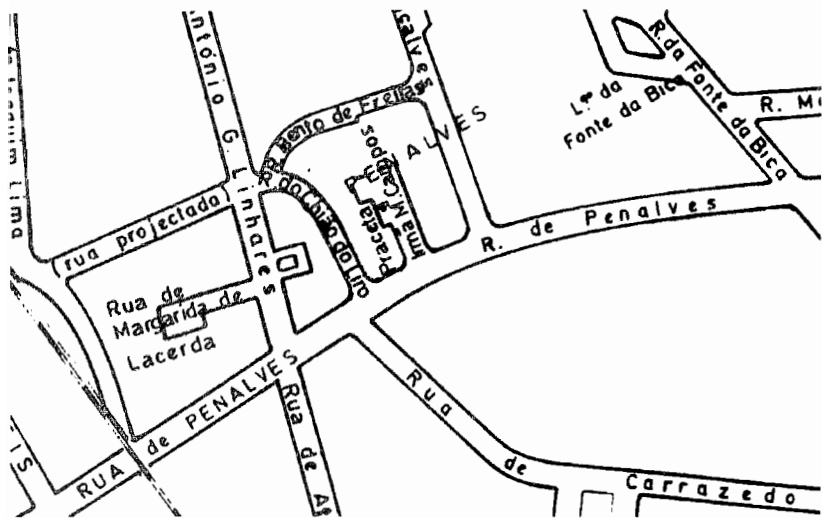
<sup>8</sup> O “Chião do Liro” é um dos homenageados por A. Santos Graça na sua “Epopéia dos Humildes (para a História Trágico-Marítima dos poveiros)”, Póvoa de Varzim, 1952, pp. 17 a 25, que valerá a pena ler, para melhor conhecimento deste heroico poveiro.

De seu nome completo Francisco da Silva Sencadas, nasceu na Rua do Ramalhão (actual Rua de Latino Coelho), às 10 horas da manhã do dia 26 de Junho de 1878. Foi filho de João da Silva Sencadas, pescador, e de Maria Rosa Leite, ambos da Póvoa de Varzim; neto paterno de José da Silva Sencadas e de Josefa Rosa de Jesus e neto materno de Bento Ferreira Moreira e de Maria José Leite. Viveu alguns anos em Manaus (Brasil), onde fez vida de catraieiro. Homem destemido e de forte compleição física, lá entrou em conflito com nativos que insultavam os portugueses, acabando por lhes dar um correctivo de pancadaria, pelo que, para evitar represálias, regressou a Portugal e à sua Póvoa.

Em Dezembro de 1920, num gesto de heroica temeridade, salvou toda a tripulação de um barco encalhado próximo da costa poveira. Tinha então 42 anos de idade, estando ainda na pujança da vida. Para conhecimento deste seu ousado e temerário gesto, registemos aqui, com a devida vénia, como Santos Graça descreve este acto de heroicidade:

“A escuna holandesa *Any*, tinha naufragado na extensa penedia da praia de Averomar, para onde o mar embravecido a arrastara e lhe batia. Colocada a meio da manta rochosa, não havia outro meio de salvação para os seus tripulantes senão o cabo de vaivém. A distância, porém, era enorme e os foguetões, às dúzias, não conseguiam chegar-lhe, por mais esforços que os nossos humanitários bombeiros fizessem para isso. Todos consideravam que mais uma grande tragédia marítima se ia dar, ali, aos olhos de todos, torturando as almas.

O ‘Chião do Liro’ dirige-se aos bombeiros e diz-lhes que aqueles homens não podem morrer assim, sem uma outra tentativa de salvação. Ele ia ver se, a nado, poderia estabelecer o cabo de vaivém. Iria num *caíco* até onde pudesse e, depois, a nado. Mil vozes lhe diziam que não, que era mais um a morrer!...



assombroso gesto de valentia e destemida ousadia quando em três de Dezembro de 1920 salvou os tripulantes da escuna 'ANY' encalhada na praia da Aradinha, frente a Santo André, Aver-o-Mar."

— Mas eu, solteiro, se morrer, não faço falta a ninguém...

Despiu-se, pediu a corda do foguetão e, amarrando-a à cinta, meteu-se dentro do pequenino barco, dizendo, então, para o seu amigo de infância, o José da Mata:

— José! Se eu morrer, vende a casa e paga o barquito ao dono... Adeus!...

Os corações da multidão batiam fortemente numa profunda emoção. A luta era violenta e o barquito lá ia singrando, coberto de vagas, ao remar possante do seu tripulante. Mas poucos minutos remou, porque uma vaga alta submergiu-o. Um grito aflitivo saiu dos lábios de todos, que terminou rápido — quando se viu surgir o heróico marítimo nadando para o seu fito. De rochedo em rochedo era preciso mergulhar, evitando a pancada da vaga contra a penedia. Por vezes, a corrente arrastava-o, violentamente, e era preciso *amarrar-se* e *colar-se* aos penedos, cheios de *espinhos* de ouriços e das *lâminas* cortantes do mexilhão.

Mas aquela alma heróica não voltava para trás — na sua ânsia de salvar... Arrastou-se por meia hora a luta — mas venceu!... O cabo de vaivém estabeleceu-se e todos os tripulantes da *Any* puderam, por ele, chegar à terra, sãos e salvos.

O 'Chião do Liro' foi o último a sair de bordo. Completamente nu, cobria-o uma túnica de sangue, desde o pescoço aos pés. Todo o seu corpo era uma chaga, feita pelas *lâminas* dos mexilhões e pelos *espinhos* dos penedos; mas ele vinha satisfeito, sorridente — o mesmo boémio de sempre... Os holandeses ajoelharam diante dele e beijaram-lhe as mãos. Ele abraçou-os com o carinho fraternal de um companheiro — que tinha apenas cumprido o seu dever..."

Ignoramos a data do seu falecimento, pois não se lhe encontra o registo de óbito nem o mesmo está averbado no seu assento de baptismo. Terá regressado ao Brasil e por lá se teria finado? Julgo que terá falecido por volta de 1927/1930.

COMENDADOR FERNANDES DE CASTRO (RUA DO) — Em reunião camarária de 24 de Junho de 1992, foi aprovada uma proposta da C. M. T. datada de 5 de Maio de 1992, dando o nome de *Rua do Comendador Fernandes de Castro*<sup>9</sup> ao arruamento que tem início na Rua do Estoril e segue para Nascente, terminando em Praceta ou Largo.

A proposta da C. M. T. foi acompanhada da seguinte nota justificativa:

"O poveiro Francisco Fernandes de Castro (1801-1871), oriundo de família modesta, emigrou para o Brasil na 1.<sup>a</sup> metade do século passado e aí conseguiu razoável fortuna. Regressando à terra, entregou-se de alma e coração ao seu progresso material e espiritual, ora participando no desenvolvimento económico da mesma (construiu uma fábrica da sabões, junto das suas casas na Rua do Pelourinho, hoje, integrada na Praça do Almada. Suponho que a 1.<sup>a</sup> existente na Póvoa) ora acorrendo com benemerências às instituições de carácter social e religioso. Destacam-se o abastecimento de água ao Hospital, a partir

<sup>9</sup> O Comendador Francisco Fernandes de Castro, ilustre poveiro falecido em 17 de Agosto de 1871, com 70 anos de idade, é um dos homenageados por Cândido Landolt na sua apreciada obra "O Meu Panteon", Póvoa de Varzim, 1912, pp. 78 a 91. Neste trabalho de Cândido Landolt se informa que o Comendador Castro ofereceu à Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim a quantia de quatro contos e setecentos mil réis (4.700\$000) para a exploração e captação da água das minas de Terroso (Lugar de Chamosinhos) para abastecer o Hospital e depois a vila da Póvoa de Varzim.

Foi na residência do Comendador Castro, na cidade do Porto, que esteve escondido e refugiado o historiador poveiro Padre José Joaquim Martins Gesteira, em 1860, por motivos de ordem política (ver *Cartas de Frei Sebastião para os P.<sup>tes</sup> José Gesteira e José Rodrigues*, por Fernando Barbosa, in Boletim Cultural "Póvoa de Varzim", Vol. II, 1959, n.º 1, pp. 81 a 132.

O Comendador Fernandes de Castro teve também residência na Póvoa de Varzim, à Praça do Almada, actual n.º 53 (*Propriedade Brasileira*, 1870), e em cujo quintal esteve instalada a sua Fábrica de sabão e de sebo (desde 1866), ... *que será de muita vantagem e utilidade para os moradores da Villa da Póvoa de Varzim por isso que lhes proporcionar e porá mais ao alcance os seus produtos — o sabão e o sebo — que tem na Villa grande consumo, e dos quaes ãlias só podem abastecer-se hindo busca-los a distancia de mais de 25 kilometros, pois não há outra fabrica mais perto* (de um officio do Administrador do Concelho José Maria de Souza Nogueira, datado de 7 de Julho de 1866 para o governador Civil do Porto). Esta Casa da Praça do Almada tem ainda na parte central do seu rés-do-chão uma larga porta carral dando entrada a um extenso corredor até ao quintal e lajeado com grandes blocos de pedra, nele se observando algumas arcarias de granito trabalhado. Neste rés-do-chão (hoje a casa é propriedade da Família Amorim Sampaio) residiu António dos Santos Graça, nos começos deste século, onde teve o seu estabelecimento de fazendas e aqui lhe nasceu o filho Dr. Américo Maio dos Santos Graça, nos começos deste século.





bairrismo e dedicação inteira à sua terra, tendo prestado relevantes serviços em quase todas as instituições locais (tanto sociais como religiosas). Como jornalista, deixou bem patente o seu acrisolado bairrismo tanto na imprensa local como nas suas correspondências quase diárias para 'O Primeiro de Janeiro' e depois para 'O Comércio do Porto', propagandeando sempre a sua Póvoa, que tanto amava e a que tanto se dedicou durante toda a vida."

**COVA DO COELHO (RUA DA)** — Em reunião da Câmara Municipal de 24 de Junho de 1992, foi aprovada uma proposta da C. M. T. datada de 5 de Maio de 1992, dando o nome de *Rua da Cova do Coelho*<sup>11</sup> ao arruamento que tendo início na Rua de Gomes de Amorim, flecte para Poente e Norte até à Estrada Nacional n.º 13.

A proposta da C. M. T. foi acompanhada da seguinte nota justificativa:

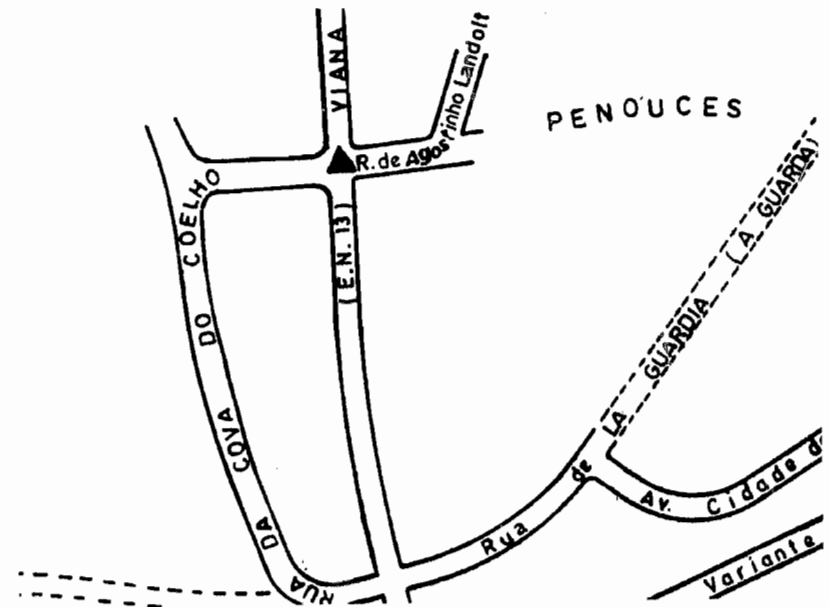
"COVA DO COELHO — Topónimo da raiz popular que nos fala da fauna local. É uma extensão do Lugar de Penouços. Conservar este e outros designativos semelhantes considera-se prática correcta e de evidente interesse."

de Dezembro de 1919); D. Ana Maria, também profunda conhecedora dos usos e costumes poveiros (23 de Setembro de 1921) e D. Maria Teresa (9 de Janeiro de 1926).

Aquando do seu falecimento, os semanários locais "A Voz do Crente" e "O Comércio da Póvoa de Varzim" de 17 de Abril de 1931, aparecem com artigos muito justamente encomiásticos, das respectivas direcções, encontrando-se, no último periódico, o testemunho de pessoas gratas da terra, como Padre Alexandrino Leituga, Baptista de Lima, Dr. António Silveira e Leopoldino Loureiro. O Dr. Silveira escreveu que o "... Quim [foi], através da vida, um homem prestimoso, um colaborador indispensável, um cidadão exímio e um chefe de família exemplar". Leopoldino Loureiro terminou assim o seu depoimento: "... Adeus, meu bom amigo! Se à Póvoa deste o alvorecer da tua mocidade, lhe ofereceste a oblata dos teus prestimosos serviços e a generosidade da tua inconfundível dedicação, à Póvoa cabe o dever de jamais esquecer o teu nome e honrar a memória duma dos seus mais dilectos e estremecidos filhos! Adeus...".

O prematuro desaparecimento deste dedicado poveiro deixou uma profunda saudade nos seus familiares e em todos os seus numerosos amigos e admiradores.

<sup>11</sup> Sobre o topónimo Cova do Coelho, ver o que se escreveu na Toponímia da Póvoa de Varzim, in Boletim Cultural "Póvoa de Varzim", Vol. IX, 1970, N.º 2, pp. 119 a 121.

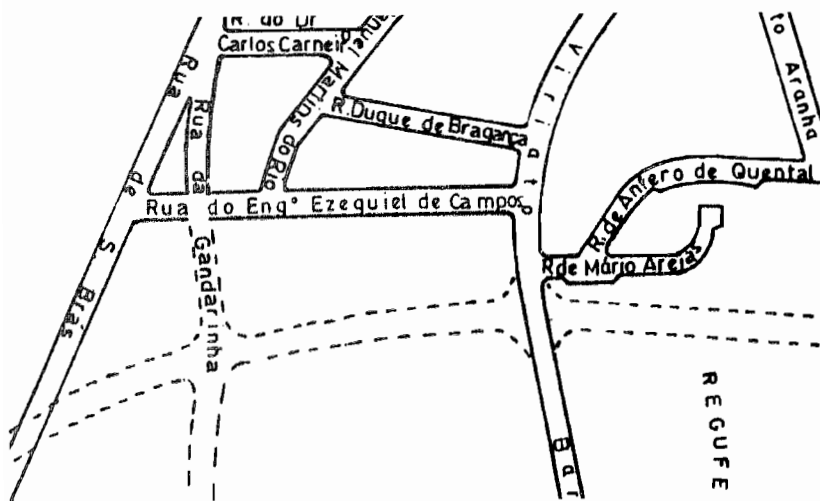


**DUQUE DE BRAGANÇA (RUA DO)** — Em reunião camarária de 24 de Junho de 1992, foi aprovada uma proposta da C. M. T. datada de 5 de Maio de 1992, dando o nome de *Rua do Duque de Bragança*<sup>12</sup> ao arruamento que tem início na Rua de Viriato Barbosa, segue para Sul e termina na Rua de Manuel Martins do Rio.

<sup>12</sup> A Casa de Bragança foi fundada pelo seu 1.º Duque D. Afonso, 9.º Conde de Barcelos (1380?-1461), filho bastardo de D. João I e de Inês Pires Esteves e cujo senhorio foi reconhecido por seu irmão paterno, o Príncipe Regente D. Pedro. Este D. Afonso, 1.º Duque de Bragança e 9.º Conde de Barcelos, casou em 1401 com D. Beatriz (ou D. Brites), filha de D. Nuno Álvares Pereira. Residiram em Chaves, onde faleceram, tendo lá ficado sepultados o Duque e sua esposa, sendo esta depois trasladada para o Convento de Santa Clara, Vila do Conde, por seu pai, D. Nuno Álvares Pereira.

Esta célebre e nobre instituição — Casa de Bragança — esteve sediada em vários lugares históricos, sendo de assinalar os seus solares em Barcelos, Guimarães e Vila Viçosa, onde residiram os últimos Duques, como o 7.º, D. Teodósio II (1568-1630) e seu filho D. João (1604-1656), 8.º Duque de Bragança e futuro rei D. João IV, fundador da dinastia brigantina.

Os vastos domínios da Casa de Bragança (coutos, honras e julgados) estendiam-se por muitas áreas do país, pertencendo-lhe grande parte do litoral noroentho e muitos terrenos do concelho poveiro eram foreiros à Casa de Bragança e portanto aos respectivos Duques.

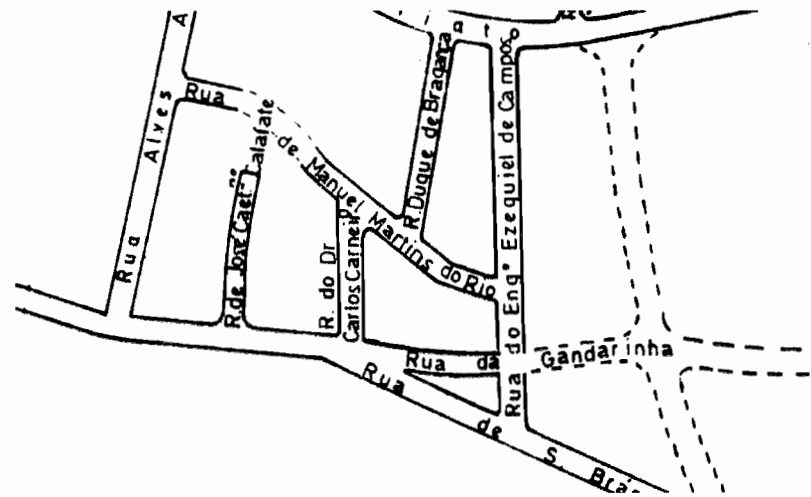


A proposta da C. M. T. foi acompanhada de seguinte nota justificativa:

"A denominação desta rua tem um carácter meramente didáctico ou seja ajudar a leitura da documentação antiga. Na verdade, são muitas as terras que serviram de urdidura ao nosso tecido urbano, denominadas por 'Terras do Duque'. Para a leitura documental importa saber que se trata de domínios do Duque de Bragança. A oportunidade desta designação justifica-se pelo facto a ser na zona de Regufe onde aparecem, mais frequentemente, referências às aludidas terras."

**ENGENHEIRO EZEQUIEL DE CAMPOS (RUA DO)** — Em reunião camarária de 24 de Junho de 1992, foi aprovada uma proposta da C. M. T. datada de 5 de Maio de 1992, dando o nome de *Rua do Engenheiro Ezequiel de Campos*<sup>13</sup> ao arruamento que tem início na Rua de Viriato Barbosa e segue para Sul até à Rua de S. Brás.

<sup>13</sup> Ezequiel de Campos nasceu em Beiriz, Póvoa de Varzim, às 5 horas da manhã do dia 12 de Dezembro de 1874. Foi filho de António José Pereira de Campos e de Carolina Custódia de Azevedo, naturais e residentes no lugar do Outeiro, da mesma freguesia. Foi neto paterno de José Joaquim Ferreira de Campos e de Maria Rita de Campos e materno de António Francisco de Azevedo e de Custódia Marcelino, ambos também de Beiriz. Teve por padrinho Ezequiel José Pereira de Campos, solteiro, seu tio paterno, residente na cidade de Maceió, estado de Alagoas, Brasil, representado por procuração na pessoa de José Gonçalves Cascão e por madrinha Rita Custódia de Azevedo, sua tia materna.



A proposta da C. M. T. foi acompanhada da seguinte memória justificativa:

**"EZEQUIEL DE CAMPOS** — Natural da freguesia de Beiriz, Póvoa de Varzim (1874-1965) e descendente de uma família de modestos recursos, fez os primeiros estudos na Póvoa de Varzim e depois no Porto, ingressando na Academia Politécnica, onde se formou em Engenharia Civil, Industrial e de Minas, no ano de 1898. Pouco tempo depois concorre para a direcção de Obras Públicas, de S. Tomé e Príncipe, e por lá permanece até 1911, data em que aceita a eleição para deputado, pela Póvoa de Varzim, às Constituintes da 1.ª República. Desenvolve uma actividade notável, em vários sectores, e procura

Casou em 1 de Março de 1917, com a sua conterrânea, Isolina Gonçalves Mendes, filha de António Ferreira Mendes e de Maria Costa Gonçalves.

Faleceu às 12 horas do dia 26 de Agosto de 1965, no seu solar medieval de Leça do Balio, Matosinhos — antiga casa mãe da Ordem de Malta, em Portugal — onde viveu bastantes anos da sua vida e onde faleceu, tendo sido depois trasladado para o cemitério paroquial de Beiriz.

Concluído o curso de Engenheiro Civil, Industrial e de Minas, na Escola Politécnica do Porto, em 1898, exerceu fecunda actividade profissional em S. Tomé e Príncipe como na Metrópole, quer como técnico competente quer no ensino universitário, tendo sido professor catedrático de Economia Política, Direito e Finanças, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Foi deputado à Assembleia Constituinte de 1911, efemeramente Ministro da Agricultura em 1924 e anos mais tarde Procurador à Câmara Corporativa, tendo colaborado no I e no II Planos de Fomento (1953-1958 e 1959-1964). Foi autor de notáveis trabalhos sobre a política geral, política orçamental, economia social, política agrícola, política industrial e política comercial e um grande paladino do

estabelecer em bases sólidas as causas que lhe competia defender: o porto de pesca, a pesca artesanal e a integração da Poça da Barca na Póvoa de Varzim. Infelizmente, a demagogia política e o afundamento das finanças públicas não permitem a obtenção de proveitos concretos e 'triste e desiludido', volta para S. Tomé. Com a primeira Grande Guerra, regressa definitivamente e vai, então, realizar a sua maior obra científica, que muito contribuiu para o futuro do País: o estudo hidrográfico das bacias do Guadiana, do Douro e do Cávado, em ordem ao seu aproveitamento energético. Entretanto publica trabalhos de grande impacto e dá aulas. Em 1922 é contratado para Director dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade, do Porto, cargo que ocupa até 1939 e só é interrompido quando, em 1924, sobraça a pasta da Agricultura no Ministério de José Domingues dos Santos. Grande paladino da energia (eléctrica) hídrica, orientou a nossa Câmara na instalação daquele tipo de energia, substituindo a térmica. Perante o fracasso da 1.ª República, adere ao 28 de Maio e é um dos cidadãos que vai ao Grande Hotel do Porto convencer o General Gomes da Costa a intervir rapidamente a fim de evitar o colapso da Nação. Serviu o Estado Novo, como técnico, no Conselho Superior das Obras Públicas e na Câmara Corporativa, até à morte, mas recusa sempre os variados convites para as áreas do Poder.

Jubilou como Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia do Porto e foi agraciado com a Comenda da Ordem de Cristo, quando da inauguração da Barragem do Picote (1959). Possuía ainda muitas outras condecorações."

aproveitamento dos recursos hídricos para rega de terrenos e produção de energia eléctrica (barragens).

Colaborou em "O Comércio da Póvoa de Varzim", "O Comércio do Porto" e "Seara Nova".

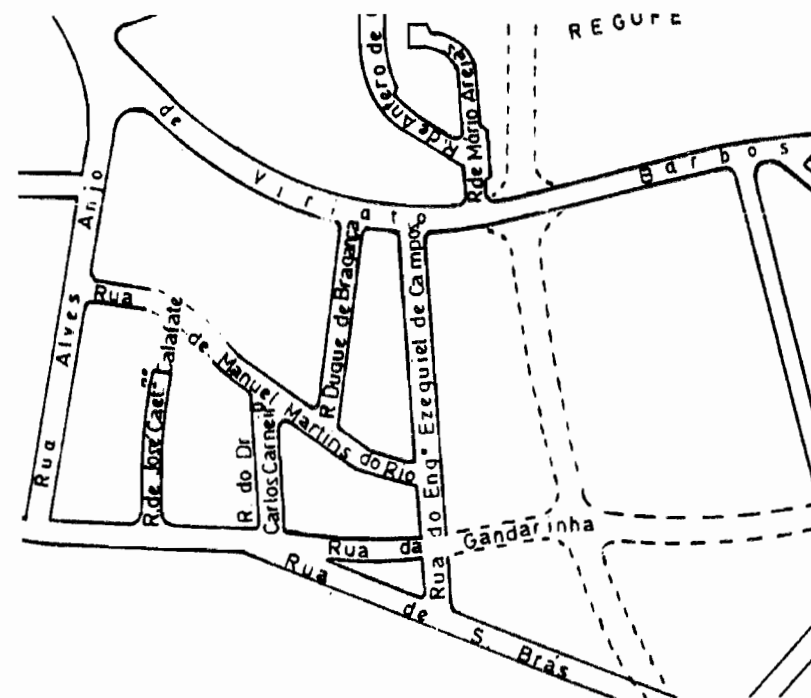
Para conhecimento mais completo da vida, obra e vasta bibliografia deste ilustre poveiro, ver "Figuras do passado — O Homem e a Obra", por João Conde Veiga, volume de 248 páginas, edição de Lello & Irmão, Porto, 1993, obra lançada em 17 de Dezembro de 1993, na Biblioteca Municipal "Rocha Peixoto" / Casa de Cultura e consultar também um esclarecedor opúsculo de 20 páginas tamanho A4, emitido na mesma data pela nossa Biblioteca Municipal, intitulado "Ezequiel de Campos — Lembrança breve de algumas páginas esquecidas", sem indicação do seu autor — é fácil ver aqui o *dedo* de Manuel Lopes, Encarregado da mesma Biblioteca. Por esse opúsculo se verifica que a bibliografia de Ezequiel de Campos consta de 48 títulos. Na edição das suas obras, adoptou a divisa de D. João II: *Pola Grey*.

Ainda sobre a sua bibliografia, ver *Para a História da Freguesia — Figuras notáveis de Beiriz, eng.º Ezequiel de Campos*, in "O Sol", Beiriz, Boletim Paroquial, n.º 133, Abril/Maio de 1989, artigo do Pároco Padre Manuel Amorim, seu director.

Na cidade do Porto e na poveira freguesia de Beiriz já o nome do Eng.º Ezequiel de Campos estava memorado em arruamentos.

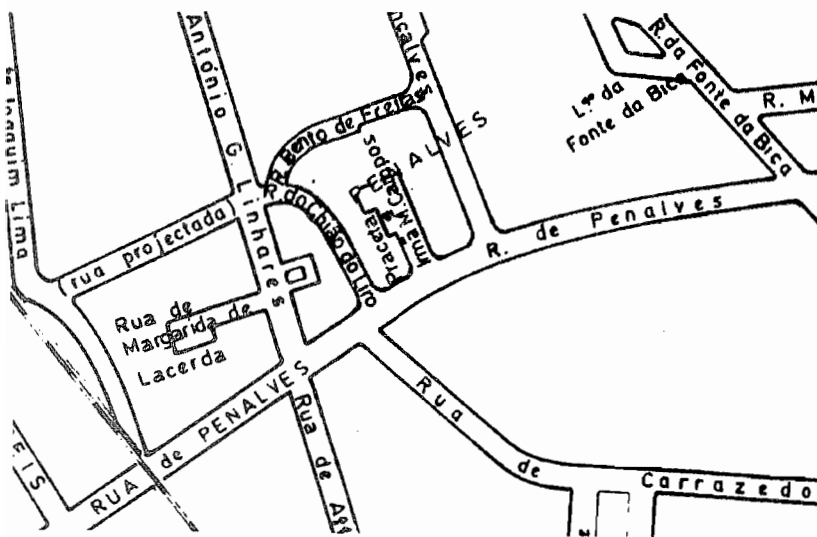
GANDARINHA (RUA DA) — Em reunião camarária de 24 de Junho de 1992, foi aprovada uma proposta da C. M. T. datada de 5 de Maio de 1992, dando o nome de *Rua da Gandarinha*<sup>14</sup> ao arruamento que tem início na Rua de S. Brás e segue para Nascente, até à Estrada Nacional n.º 206.

Esta proposta foi acompanhada da seguinte nota justificativa: "GANDARINHA — Topónimo tradicional atribuído a uma área intermédia entre a Mariadeira e o Bocal da Gândara. Inclui uma parte do antigo território denominado no Tombo da Casa de Bragança por 'Gandra da Póvoa' em oposição à 'Gandra de Argivai', que no referido tomo se chama 'Gandra de Barcelos'."



<sup>14</sup> A respeito do topónimo Gandarinha, ver o que Jorge Barbosa escreveu na *Toponímia da Póvoa de Varzim*, in Boletim Cultural "Póvoa de Varzim". Vol. XI, 1972, n.º 2, p. 307. O antigo *Lugar da Gandarinha*, rústico e muito isolado, beneficiou nos últimos anos de um surto de urbanização, nele se tendo rasgado vários arruamentos. Num deles se pretende conservar tão antigo topónimo.

IRMÃ MARIA CAMPOS (PRACETA DA) — Em reunião camarária de 24 de Junho de 1992, foi aprovada uma proposta da C. M. T. datada de 5 de Maio de 1992, dando o nome de *Praceta da Irmã Maria Campos*<sup>15</sup> à que se encontra situada a Norte da Rua de Penalves.



<sup>15</sup> A Irmã Maria Campos — Irmã Maria do Divino Coração, na congregação religiosa que ajudou a fundar — de seu nome completo Maria Rosa Campos, nasceu às 3 horas da manhã do dia 19 de Fevereiro de 1891, na Rua das Hortas, Póvoa de Varzim. Foi filha de José Francisco de Campos, carpinteiro, de Beiriz, e de Maria Rosa dos Santos (julgo que irmão do Padre Afonso dos Santos Soares), neta paterna de Manuel Francisco de Campos e de Rosa Joaquina Ferreira e materna de José Couto dos Santos e de Margarida Rosa dos Santos. Teve por padrinho o Santíssimo Coração de Jesus, em cuja coroa tocou Diogo Martins da Mota, casado, barbeiro, da Rua da Junqueira e por madrinha Maria Ermelinda Pereira Azurar, viúva (julgo que de António Maria Pereira Azurar), da Rua das Hortas. Ficou orfã de mãe aos 5 anos de idade e de pai aos 13 anos, e foi a irmã mais nova (a única menina) de 9 irmãos. Aos 7 anos já era aluna do Colégio do Sagrado Coração de Jesus, das Irmãs Doroteias, na Rua da Silveira, hoje de Rocha Peixoto, em cujo edifício se instalou o Liceu em 1910 e o quartel militar em 1914; nesse Colégio estudou até aos 13 anos, tendo abandonado os estudos por ser precisa em casa para tratar do pai muito doente e para olhar pelos irmãos. Desde os 18 anos que se dedicou a obras de apostolado, entrando pouco depois para a Sociedade de Santa Doroteia, que abandonaria por doença que a impedia de seguir a vida religiosa; porém, continuou a colaborar activamente em obras pias, na catequese, beneficência e Pia União das Filhas de Maria, de que foi uma das Directoras. Colaborou então muito intensamente, até aos 32 anos, com o Padre António da Silva Gonçalves, pároco da Matriz, sendo de salientar o seu serviço à Acção Católica, recentemente criada. Foi na Casa da Travanca, em S. Lourenço de Sande, da família do Prior Silva Gonçalves, que Maria Campos

A proposta da C. M. T. foi acompanhada da seguinte nota justificativa:

“Irmã Maria do Divino Coração (Maria Rosa de Campos) — (Póvoa de Varzim, 19.2. 1891 — Braga, 16.11.1973).

Senhora muito esmoler e dotada de grandes virtudes, sendo de salientar a sua humildade, bondade e simplicidade e particularmente a sua grande caridade, devotou-se desde muito nova a Obras de Apostolado da Igreja e de auxílio do próximo necessitado e foi a co-fundadora da Obra da Divina Providência e Sagrada Família, tendo sido o braço direito do seu fundador, o Pades Dr. Adão Salgado Vaz

conheceu o Padre Dr. Adão Salgado Vaz de Faria, que então pensava fundar a Obra da Divina Providência e Sagrada Família, a cuja ideia logo aderiu, dando-lhe todo o seu entusiasmo e dedicação. Para tal, já o Dr. Adão adquirira a casa e quinta do Assento, em S. Clemente de Sande, Taipas, Guimarães e nela instalara o embrião dessa obra, com 3 raparigas, em 26 de Setembro de 1945, todas animadas no desejo de servir nas Instituições da Igreja. Foi um mês depois, em 16 de Outubro de 1945, que Maria Rosa Campos concretizou a sua inteira adesão a essa causa, incutindo-lhe grande incremento, dada a sua Fé e a sua enorme actividade caritativa e de serviço total ao próximo. Assim, pode ser considerada a co-fundadora da Obra da Divina Providência e Sagrada Família, depois chamada Congregação. Erecta canonicamente em 5 de Maio de 1961 por D. Francisco Maria da Silva (Arcebispo de Braga), é constituída em Congregação de Direito Canónico em 8 de Dezembro de 1968, por Decreto do mesmo Arcebispo. Em 19 de Março 1985 o Arcebispo D. Eurico Dias Nogueira aprova as constituições desta Congregação, adaptada ao novo Código de Direito Canónico, confirmadas em Agosto de 1987 quanto a todas as colaboradoras.

A Irmã Maria Campos pôs todo o seu valimento ao serviço da Obra que ajudou a fundar e consolidar, dando todo o recheio da sua casa da Praça do Almada, n.º 6, onde a conheci a viver desde a década de vinte. No quintal dessa sua residência, com frente para a Rua de Joaquim Martins da Costa, construiu duas moradias, n.ºs 27 e 27 A, para casa de repouso das irmãs doentes, convalescentes, com necessidade de banhos de mar ou de sol ou mudança de ares.

Esta Congregação tem dezenas de comunidades e centenas de irmãs espalhadas por várias casas pelo país e presta relevantes, assinalados e valiosos serviços domésticos a diversas Instituições da Igreja. Na Póvoa de Varzim é bem conhecida a acção desenvolvida por estas Irmãs na Associação de Solidariedade Social “A Beneficente”.

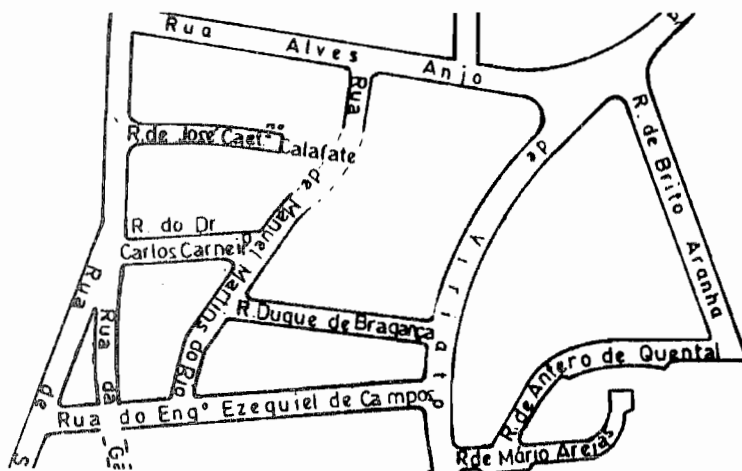
A Irmã Rosa Campos faleceu no dia 16 de Novembro de 1973, com 82 anos de idade, na sua cela do Seminário de Santiago, freguesia da Cividade, Braga, e está sepultada no cemitério de S. Clemente de Sande, Guimarães, no jazigo do Cónego Dr. Adão, fundador da Obra. Pode-se acrescentar que o Padre Dr. Adão Salgado Vaz de Faria nasceu em Joane, Vila Nova de Famalicão, em 10 de Setembro de 1907 e faleceu em S. Clemente de Sande, com 83 anos de idade, no ano de 1990. (Complado do “Diário do Minho”: *Nasceu há cem anos — Cofundadora da Congregação da Divina Providência e Sag. Família* (12 de Fevereiro de 1991); *Nasceu há cem anos a Co-Fundadora da Congregação da D. P. e Sagrada Família*, por P. Sousa Marques, no Suplemento Igreja Viva de 14 de Novembro de 1991 e *Servir alegre e generosamente*, por Silva Araújo, no Suplemento Igreja Viva de 1 de Dezembro de 1993).

de Faria. Esta obra foi aprovada em 5 de Maio de 1961 e confirmada canonicamente em 3 de Setembro de 1968, pelo Arcebispo de Braga D. Francisco Maria da Silva.

As Irmãs desta Congregação prestam serviço da vida doméstica em Seminários, Instituições da Igreja Católica e Casas de Beneficência, tendo já comunidades espalhadas pelo País. A Irmã Maria do Divino Coração deu-se toda, de alma e coração, a esta Obra, tendo sido a sua principal impulsionadora.

Na Póvoa de Varzim estas Irmãs prestam, desde há anos, utilíssimos e inestimáveis serviços na nossa 'A Beneficente' — Associação de Solidariedade Social."

**JOSÉ CAETANO CALAFATE (RUA DE)** — Em reunião camarária de 24 de Junho de 1992, foi aprovada uma proposta da C. M. T. datada de 5 de Maio de 1992, dando o nome de *Rua de José Caetano Calafate*<sup>16</sup> ao arruamento que tem início na Rua do Capitão Diogo Dias de S. Pedro e segue para Norte, terminando na Rua de Manuel Martins do Rio.



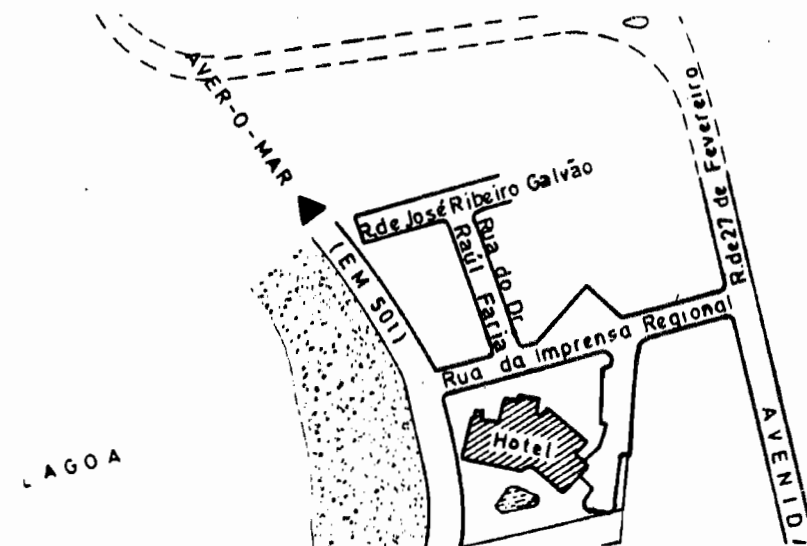
<sup>16</sup> José Caetano Calafate, faleceu às 10 horas da tarde do dia 2 de Maio de 1881, na sua casa à Praça da Ribeira (actual Largo do Dr. Vasques Calafate), com 70 anos de idade, viúvo de Luísa Bernarda de Oliveira. Foi filho de António Caetano Calafate e de Victoriana Rosa de Jesus, também da Póvoa de Varzim. Consta do seu assento de óbito, assinado pelo Prior José d'Antas da Gama, que fez testamento e deixou netos.

Este benemérito cidadão poveiro é um dos homenageados por Cândido Landolt no seu livro "O Meu Panteon", Póvoa de Varzim, 1912, pp. 83 a 85.

A proposta da C. M. T. foi acompanhada da seguinte memória justificativa:

"**JOSÉ CAETANO CALAFATE** — Natural da Póvoa de Varzim (1811-1881) dedicou-se ao comércio do sal e da salga. Pessoa destacada na sociedade poveira, participou na vida pública — Presidente da Câmara (1858-1859), Vereador (1869) e Administrador do Concelho, deu largo contributo às instituições cívicas e religiosas. Deixou em testamento um avultado legado (dez contos de reis) para a fundação de um Asilo anexo à Santa Casa da Misericórdia."

**JOSÉ RIBEIRO GALVÃO (RUA DE)** — Em reunião camarária de 24 de Fevereiro de 1993, por proposta da C. M. T. datada de 11 de Dezembro de 1992, foi dado o nome de *Rua de José Ribeiro Galvão*<sup>17</sup> ao



<sup>17</sup> José Ribeiro Galvão, de seu nome completo José Gomes Ribeiro Galvão, nasceu na Póvoa de Varzim por volta do ano de 1802. Foi filho de Gabriel Gomes Ribeiro e de Teresa Luísa de Jesus, que casaram em 4 de Agosto de 1800 e residiam na Rua de S. Sebastião, actual Rua do 1.º de Maio, "lado direito de poente para nascente", portanto em casa do lado sul, ou direito, de quem sobe. Seu pai faleceu em 4 de Abril de 1808 e foi sepultado na Igreja da Misericórdia, com acompanhamento de 10 sacerdotes e sua mãe faleceu subitamente em 21 de Abril de 1818. Foi neto paterno de Manuel Ribeiro e de Maria Gomes e neto materno de Paulo José da Rocha e de Isabel Maria, da Rua de S. Sebastião.

Ribeiro Galvão faleceu no Porto, com 61 anos de idade, em 19 de Junho de 1863.

arruamento situado no topo Norte da Rua Dr. Raul Faria, orientada no sentido Nascente-Poente.

Foi sobrinho do Dr. João Themóteo da Rocha Galvão, que tinha carta de cirurgião e de sangrador e era dono de duas moradias de casas na referida Rua de S. Sebastião.

Assentou praça no dia 8 de Dezembro de 1826, foi partidário do liberalismo e portanto de D. Pedro, aderindo, em 1828, ao movimento liberal, integrando-se no Regimento de Voluntários da Rainha, pelo que esteve depois refugiado, como outros seus *prosélitos*, na Inglaterra. Foi um dos 7500 *bravos do Mindelo* que da Ilha Terceira partiram, em 1832, sob o comando de D. Pedro IV, para invadir o Continente, desembarcando na praia de Pampelido no dia 8 de Julho do mesmo ano. Pertenceu à mesma 3.ª Companhia que integrava também Alexandre Herculano. Tomou parte muito activa nas lutas do cerco do Porto e foi promovido a Alferes em 4 de Janeiro de 1834. Revelou tais actos de heroísmo e valentia na Batalha de Asseiceira, ocorrida em 16 de Maio de 1834, que o Duque da Terceira, dois dias depois (em 18 de Maio de 1834), o agraciou com o grau de Cavaleiro da "Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito", tendo sido o primeiro povoense a receber tão honroso galardão. Em 15 de Julho de 1834, já depois da assinatura da Convenção de Évora Monte que teve lugar no dia 26 de Maio de 1834, é promovido ao posto de Tenente, continuando a seguir a carreira militar, pois, em 1837, pertence à guarnição de Braga. No ano de 1842 já está integrado na companhia de Veteranos de Vila do Conde, aquartelada no Castelo de S. João Baptista. Em 1844 aparece como adido à Companhia de Veteranos de Matosinhos e em 1845 ingressa na Guarda Municipal do Porto. Quando faleceu, no dia 19 de Junho de 1863, pertencia à 2.ª Companhia do 3.º Batalhão de Veteranos do Porto.

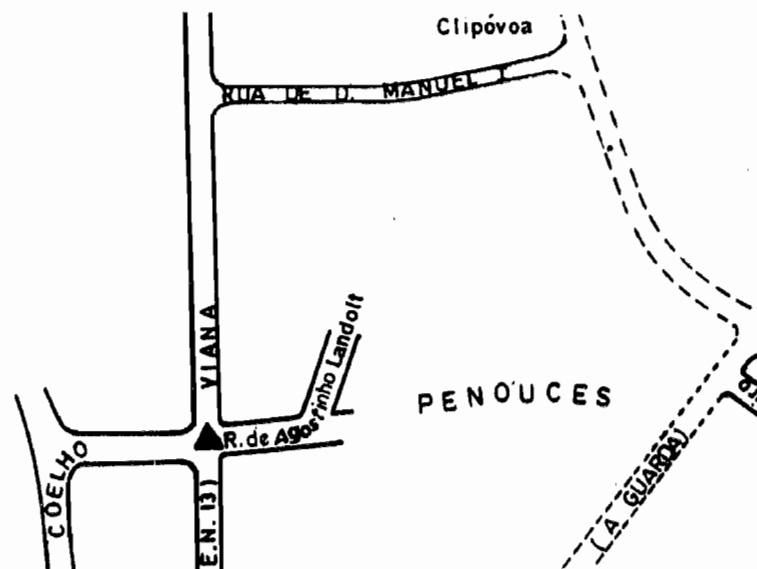
Ribeiro Galvão dedicou-se, como amador, à escultura e à pintura, tendo ensinado esta arte a uma sua filha — Maria Madalena Paredes Galvão que, em 1852, com apenas 15 anos de idade, concorreu à Exposição da Academia Portuense de Belas Artes, com uma série de 13 pinturas.

De Ribeiro Galvão não se conhecem nem se localizam pinturas, mas sim uma placa de gesso, por si esculpida, de 295x230 mm, com uma zona trabalhada de forma oval tendo no centro em baixo relevo colorido o busto de D. Pedro IV, placa que existe no Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto. Segundo Flávio Gonçalves, esta "obra, sem impressionar, revela de facto habilidade e perfeito acabamento".

Este "valente militar e artista de mérito" estava ligado a famílias destacadas da nossa terra e, também segundo Flávio Gonçalves, foi um "ilustre povoense de ontem, desconhecido pelos poveiros de hoje".

Para complemento informativo, ver: "O Tripeiro", ano II — Vª série, n.º 8, de Dezembro de 1946 e o n.º 9, de Janeiro de 1947 e ainda "O povoense José Ribeiro Galvão — valente militar e artista de mérito, por Flávio Gonçalves, in "O Comércio da Póvoa de Varzim" de 20 de Março de 1948 e 3 de Abril de 1948.

D. MANUEL I (RUA DE) — Em reunião camarária de 24 de Junho de 1992, foi apresentada uma proposta da C. M. T. datada de 5 de Maio de 1992, dando o nome de *Rua de D. Manuel I*<sup>18</sup> ao arruamento que tem início na Estrada Nacional n.º 13 e se dirige para Nascente, terminando na pedreira.



<sup>18</sup> D. Manuel nasceu no dia 31 de Maio de 1469, em Alcochete. Filho do Infante D. Fernando e de D. Brites, neto de D. Duarte e bisneto de D. João I, sobe ao trono por morte de seu primo D. João II, ocorrida em Alvor no dia 25 de Outubro de 1495, tendo já falecido o príncipe D. Afonso, seu filho e herdeiro da coroa. Eis porque em 27 de Outubro de 1495 é aclamado, em Alcácer do Sal, D. Manuel I como o 14.º Rei de Portugal, reinando durante 26 anos. Foi-lhe dado o cognome de *O Venturoso*, por ter reinado no período áureo das conquistas de África e da expansão marítima dos descobrimentos (a Oriente e a Ocidente).

Em Junho de 1497 casou com D. Isabel, filha dos Reis Católicos Fernando e Isabel e herdeira presuntiva da coroa de Leão e Castela. Enviuvou e casou em segundas núpcias com sua cunhada D. Maria, em 3 de Outubro de 1500. Novamente viúvo em 1517, casa em terceiras núpcias com D. Leonor, filha de Filipe I, em 24 de Março 1518.

Dos vários filhos que teve, lembro D. Isabel, que casou com Carlos V; e D. Henrique, o 4.º filho por ordem varónica, que veio a ser Arcebispo de Braga, Arcebispo de Évora e Arcebispo de Lisboa e depois o 17.º Rei de Portugal.

No reinado de D. Manuel verificaram-se sucessos notáveis, como a descoberta do caminho marítimo para a Índia (1498), a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil (1500) e a conquista de Goa, Malaca e Ormuz (1500) e foi também no seu reinado que prosseguiram as conquistas marroquinas de Safim, Azamor, Tite e Almedina e que

A proposta da C. M. T. foi acompanhada da seguinte nota justificativa:

“D. MANUEL I — Pretende-se homenagear o Rei Venturoso pela outorga à Vila da Póvoa de Varzim do 2.º Foral datado de Lisboa em 25 de Novembro de 1514.

Por este Foral não só é confirmada a jurisdição municipal como a salvaguarda das contingências do domínio eclesiástico vigente (da Abadessa de Santa Clara de Vila do Conde) sobre as justiças da Vila da Póvoa de Varzim.”

Nesta rua se localiza a CLIPÓVOA — Clínica Médica da Póvoa de Varzim, S. A., solenemente inaugurada às 15.00 horas do dia 1 de Dezembro (uma quinta-feira) de 1988. Trata-se de uma Sociedade por quotas de diversos accionistas, criada pelo dinamismo de Manuel Lopes Marques de Agonia, Presidente do Conselho de Administração e seu maior accionista. Esta unidade hospitalar presta serviços de urgência, de consultas de clínica médica e cirúrgica e de internamentos em clínica geral e cirúrgica, com todas as especialidades e os mais adiantados meios auxiliares de diagnóstico. Tem capela privativa e os seus últimos andares estão adaptados a instalações de Clihotel com *suites* e quartos particulares.

Fernão de Magalhães fez a primeira viagem de circum-navegação; reformou as Ordenações Afonsinas e formulou as Ordenações Manuelinas (codificação das leis do Reino). Foi durante o seu reinado que, em 1498, sua irmã D. Leonor (então já viúva do seu primo D. João II) instituiu as Misericórdias, durante um período em que foi Regente do Reino, por o rei D. Manuel, seu irmão, estar ausente em Espanha. D. Manuel reformou os forais velhos, dando novos forais a muitas cidades e vilas do reino, contando-se entre estes o 2.º Foral da Póvoa de Varzim (Foral Novo), datado de Lisboa aos 25 de Novembro de 1514 e está assinado por EL-REY e Fernão de Pina. Consta esta “Carta de foral dado a Povo de Varzim do mosteiro de Villa do Conde” de 24 parágrafos e foi transcrito pelo Padre Gesteira nas suas “Memorias Historicas da Villa da Povo de Varzim”, em 1851 e novamente publicado por João Agostinho Landolt na sua revista “A Póvoa de Varzim” nos números de 24 de Janeiro, 31 de Janeiro, 15 de Março e 21 de Maio de 1914.

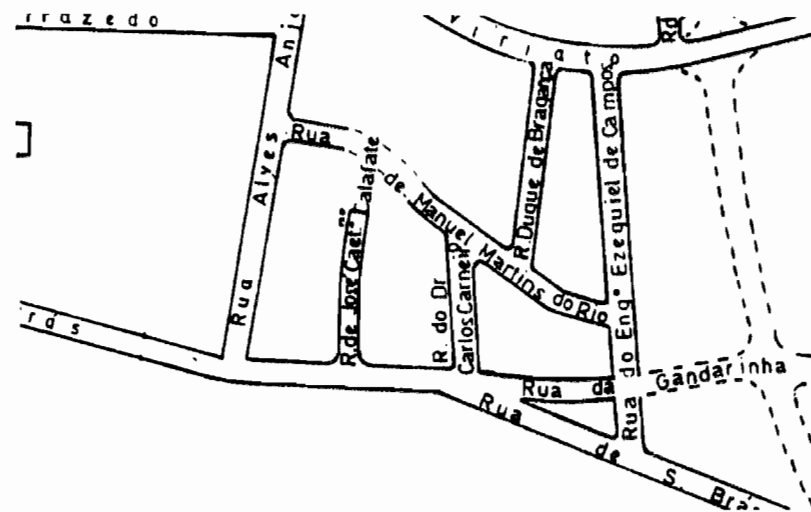
Sobre um mais esclarecido conhecimento deste nosso foral manuelino, ver, entre outros, os seguintes trabalhos:

— Manuel Silva, *A evolução d’um município*, in “Revista de Historia”, órgão da “Sociedade Portuguesa de Estudos Historicos”, dirigido por Fidelino de Figueiredo, n.º 23, 1917, pp. 270-271.

M. Amorim, “A PÓVOA DE VARZIM — Dois estudos sobre a Póvoa de Varzim, séc. X — XVI”, Póvoa de Varzim, 1985, p. 36 e 117.

— José Marques, “OS FORAIS DA PÓVOA DE VARZIM E DE RATES”, Póvoa de Varzim, 1991, edição da Câmara Municipal, com reprodução fac-similada do foral, sua leitura, descrições e apreciações comentadas e analíticas, vol. in-fólio de 167 páginas.

MANUEL MARTINS DO RIO (RUA DE) — Em reunião camarária de 24 de Junho de 1992, foi aprovada uma proposta da C. M. T. datada de 5 de Maio de 1992, dando o nome de *Rua de Manuel Martins do Rio*<sup>19</sup> ao arruamento que tem início na Rua de Ezequiel de Campos e segue até à Rua de Alves Anjo.



<sup>19</sup> Manuel Martins do Rio, filho de Joaquim Martins do Rio e de Margarida Rosa, proprietário, da Rua do Pelourinho, faleceu às 10 horas da manhã do dia 19 de Janeiro de 1909; era viúvo de Maria Rosa Carlota e deixou filhos.

A casa n.º 9 da Rua do Pelourinho, demolida em Agosto de 1967, para reconstrução, tinha uma grande sacada de ferro forjado com a inscrição M.M.R.J.<sup>or</sup> (Manuel Martins do Rio Júnior) e a data 1849.

João Agostinho Landolt, in “Póvoa de Varzim”, revista quinzenal, 5.º ano, n.ºs 12 e 13, 1.ª quinzena de Maio de 1916, publica uma fotografia de Manuel Martins do Rio e refere-se-lhe nos seguintes termos:

“Manuel Martins do Rio — falecido em 19-1-1909. Na política do seu tempo trabalhou com actividade e atilado patriotismo pelo engrandecimento desta terra.

“Como vereador da Câmara Municipal pugnou por que a estrada de Barcelos partisse em linha recta até ao monte de Laundos, na extensão de 12 quilómetros, e entrou na empreitada da abertura da estrada para Vila do Conde, comprometendo alguns capitais, e opondo-se valentemente para que essa estrada também fosse em linha recta, desde a Praça do Almada ao Rio Ave, cortasse por onde cortasse e sofresse quem sofresse.

“Como Provedor da Misericórdia, mandou levantar o 2.º andar daquele edifício, arrostando com as iras dos adversários para erguer bem alto esse padrão de caridade cristã que aí se patenteia para agigantar o nível moral deste bom povo.

“Porque merece gratidão da Póvoa de Varzim, aqui fica descerrado o seu retrato como preito de homenagem à sua inolvidável memória.”

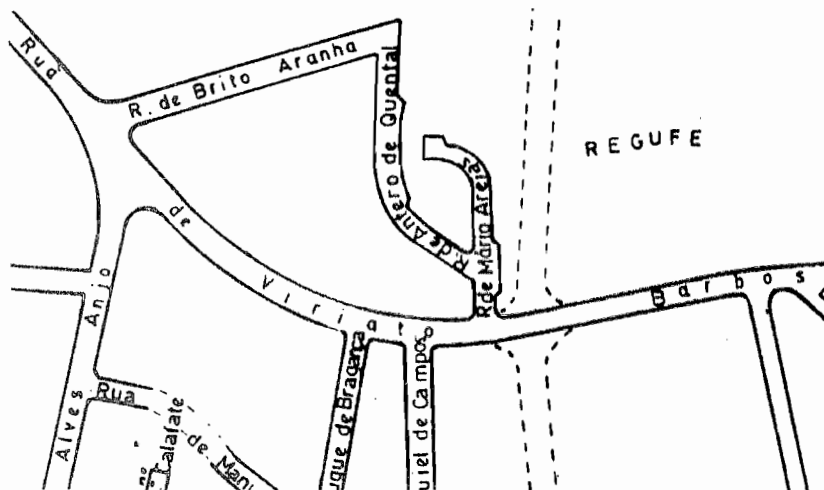




Novembro de 1976), foi uma ilustre senhora poveira que sempre esteve disponível com a sua grande influência (que a tinha) junto dos poderes públicos, para a defesa dos diversos interesses poveiros, nomeadamente da construção do porto de pesca e sempre recebeu com distinção e acarinhou as comissões de forças vivas de poveiros que a procuravam na sua residência do Caramulo.

Esta distinta senhora, muito generosa e caritativa, protegeu prodigamente os seus conterrâneos pobres necessitados de internamento sanatorial na Estância do Caramulo, da qual seu marido, Dr. Jerónimo de Lacerda, era Director, e na qual eram tratados a título gracioso."

MÁRIO AREIAS (RUA DE) — Em reunião camarária de 24 de Junho de 1992, por proposta da C. M. T. datada de 5 de Maio de 1992, foi dado o nome de *Rua de Mário Areias*<sup>21</sup> ao arruamento que tem



<sup>21</sup> Mário da Cunha Areias nasceu às 20 horas do dia 1 de Agosto de 1916, na Rua de Almirante Reis, Póvoa de Varzim. Foi filho de Tomaz da Cunha Areias, empregado ferroviário, da Póvoa de Varzim e de Maria Rufina Branca Areias, de Cassourado, Barcelos; neto paterno de Manuel Joaquim da Cunha e de Ludovina Maria Marques Areias e neto materno de Custódia Rufina Branca. Foram testemunhas do registo do seu nascimento Manuel Ferreira Graça, solteiro, empregado comercial, da Rua de 5 de Outubro [Junqueira] e José Ferreira de Campos, casado, negociante, da Praça do Almada.

início na Rua de Viriato Barbosa e segue para Norte, flectindo para Poente e terminando em Praceta.

Esta proposta foi acompanhada de seguinte nota justificativa: "MÁRIO AREIAS — nasceu na Póvoa de Varzim em 1 de Agosto de 1916 e faleceu em Lisboa em 19 de Agosto de 1986. Fez os seus estudos na Póvoa e em La Guardia (Galiza) onde, na companhia de outros poveiros, frequentou o Colégio dos Jesuítas. Nos inícios da década de quarenta veio para Lisboa por intermédio e protecção de seu tio Vicente Areias. É na capital que vai exercer a profissão de toda a sua vida: contabilista.

Mas não se limitou a viver enredado entre escritas e cifrões. Buscou e desenvolveu, sobretudo, interesses culturais que lhe

Casou com Georgete Alice Guedes dos Santos Areias, de 37 anos de idade, natural de S. José, Lisboa, filha de Manuel dos Santos Júnior e de Alice Guedes dos Santos, na Igreja Paroquial de S. Martinho, Sintra, no dia 17 de Setembro de 1966.

Faleceu na freguesia das Mercês, Lisboa, em 19 de Agosto de 1986.

Foi sobrinho paterno e protegido do benemérito poveiro Vicente da Cunha Areias. Passou a maior parte da sua vida radicado em Lisboa, onde desempenhava funções de guarda-livros contabilista. Espírito muito culto e apaixonado pela sua terra natal, foi um bairrista estrênuo. Colaborou nos semanários locais "Ala Arriba" e sobretudo em "O Comércio da Póvoa de Varzim". Colaborou no Boletim Cultural "Póvoa de Varzim" no qual publicou, além dos trabalhos assinalados na nota justificativa da C. M. T., os seguintes: *Os poveiros na poesia de António Nobre* (Vol. II. 1959, n.º 1) e *"O pilado" na economia agro-marítima* (idem, n.º 2).

Bem relacionado nos meios artístico e cultural de Lisboa, conviveu com alguns luminares das artes e das letras. Dedicou-se apaixonadamente à sua Póvoa, a reunir a sua Camiliana e a estudos de Ex-Libris, tendo sido sócio efectivo do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia. Foi ainda sócio da Academia Portuguesa de Ex-Libris, em cujo "Boletim" (n.º 13, 1960), publicou um artigo intitulado *O Porto e os seus Artistas Soares dos Reis, Teixeira Lopes e Henrique Moreira apreciados por um estrangeiro*.

O seu amigo Dr. Isaías Gomes dos Santos dedicou-lhe um artigo no semanário "A Voz da Póvoa" de 29 de Outubro de 1983, intitulado *A Estátua de S. Vicente*, em virtude de o seu amigo escultor Raul Xavier se ter inspirado na sua cabeça para modelo da de S. Vicente, quando a estava a esculpir. Este artigo foi inserto no livro "Seareiros e Outros Poveiros", do mesmo autor, Póvoa de Varzim, 1994, pp. 189-191.

Amigo de Fernando Barbosa, dele se conhecem 53 correspondências (39 cartas, 11 postais e 3 cartões de visita), datadas de 1958 a 1962 e enviadas da Rua do Barão de Bolama, 342, 2.º, esquerdo, Lisboa. Toda esta correspondência, por mim encontrada no espólio de Fernando Barbosa, está a ser estudada pelo Coronel Martins da Costa, para publicação, com as considerações devidas. Os originais já foram entregues à Biblioteca Municipal de Rocha Peixoto/Casa de Cultura, dado o grande interesse do conteúdo destas missivas para a história da nossa terra, particularmente da Biblioteca e do Museu.

granjearam amizades com a intelectualidade lisboeta da época: os escritores Aquilino Ribeiro, Oldemiro César, Cardoso Marta, Jaime Lopes Dias, Luís de Oliveira Guimarães... o escultor Raul Xavier, Armando Boaventura e Abel Salazar, nas suas estadias em Lisboa.

É neste contexto de relações que funda o 'Círculo Camiliano' (8.Março1949) responsável pela edição da Revista-Enciclopédica 'Camiliana & Vária' (1951-1954) que, devotadamente, secretariou.

Dedicou-se ao estudo da medalhística, tendo publicado artigos sobre medalhas portuguesas e espanholas na revista madrilena 'Nvmisma' e sobre ex-libris em revistas da especialidade.

Escreveu o prefácio para o trabalho do Professor Schaub-Koch — Raul Xavier, Sculpteur Portugais, tendo saído, igualmente, da sua pena a monografia: Raul Xavier, Escultor-Medalhista.

Pertenceu ao Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia. Registe-se a amizade com Raul Xavier, a quem serviu de modelo para a cabeça de estátua de S. Vicente, erecta no Largo das Portas do Sol, em frente ao Museu de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo, em Lisboa. Nunca perdeu contacto com a sua terra natal. Secretariou a Casa do Porto em Lisboa (anos 40/50) mantendo, ao longo da sua vida, uma interessante colaboração na imprensa poveira, nomeadamente em 'O Comércio da Póvoa de Varzim', onde ia aflorando, com distanciada lucidez, os mais importantes problemas culturais da nossa terra: a campanha pela reorganização da Biblioteca Municipal; os apoios ao Museu Etnográfico, em prol do qual liderou, em Lisboa, a criação de um Grupo de Amigos, 'da qual faziam parte nomes destacados nos meios literários e artísticos, presidida pelo grande amigo da Póvoa o Dr. Nuno Simões', vide: Mário Areias — Um Museu com pouca sorte, in OCPV, 30. Outubro 1970, p. 1; 2); o desenvolvimento urbano e balnear...

Mário Areias colaborou no Boletim Cultural 'Póvoa de Varzim' desde a sua criação, em 1958, por Fernando Barbosa:

— Camilo na Póvoa de Varzim, II, 1959;

— O 'Café Chinez', III, 1964;

— Um descarrilamento na Linha da Póvoa de Varzim, IV, 1965;

— Cartas de Rocha Peixoto para António Augusto Gonçalves, V, 1966;

— O Trajo Poveiro numa carta de António Santos Graça, VIII, 1969;

— Boletim Cultural da Póvoa, XXIII, 1984.", pp. 273-275.

PADRE JOAQUIM SUBIDA (RUA DO) — Por proposta da Comissão Municipal de Toponímia datada de 11 de Dezembro de 1992, apresentada pelo vereador do Pelouro da Cultura Dr. Duarte Resendes Aguiar, na sessão camarária de 24 de Fevereiro de 1993, foi aprovada a denominação de *Rua do Padre Joaquim Subida*<sup>22</sup> dada ao arruamento que se inicia na Rua de Almeida Brandão e se dirige para Sudeste, situada depois da linha do caminho de ferro.

<sup>22</sup> O Padre Joaquim Gomes da Costa Subida nasceu no lugar da Giesteira, Póvoa de Varzim, às 6 horas do dia 28 de Outubro de 1869 e faleceu nesta cidade, às 12 horas de 23 de Janeiro de 1939, na Rua de S. Pedro, n.º 5, 2.º, em casa do Sr. Joaquim Machado, antigo sacristão da Matriz, em cuja casa residiu nos últimos anos da sua vida. Foi filho de João Gomes da Costa Subida, da Giesteira, Póvoa de Varzim e de Mariana Gomes de Jesus, de Terroso, Póvoa de Varzim, ambos lavradores. Neto paterno de Manuel Gomes da Costa Subida e de Maria Teresa, ambos da Póvoa de Varzim e neto materno de Manuel António Igreja e de Maria Gomes, ambos de Terroso, Póvoa de Varzim. Foram padrinhos "a invocação de S. Joaquim, em cujo diadema tocou António José da Costa Pacheco, casado, sacristão desta Matriz, morador na rua da Azeoza e Maria de Jesus, solteira, irmã do baptisado".

Em 1888, a "Estrella Povoense" refere-o como aluno do Seminário de Braga, onde tinha por discípulos ou contemporâneos os seguintes poveiros: Afonso dos Santos Soares, Joaquim Ferreira do Souto (Terroso), João Manuel Trocado, José Gonçalves de Oliveira (Argivai), António Gomes dos Santos (Terroso), José Martins Gonçalves da Silva (Beiriz), Manuel Gonçalves do Paço (Nabais) e António Gomes Ferreira (Balasar),

O Padre Subida recebeu ordens de presbítero em 1893, foi capelão da Igreja da Lapa e em Aver-o-Mar. Com ele convivi nos últimos anos da sua vida, por ser seu médico assistente. Celebrava então a Missa das 8.30 (o r 9.00) horas da Matriz e anteriormente fora capelão particular do oratório privado da Casa do Monte, de D. Virgínia Campos. Foi benemérito da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim e de "A Filantrópica", onde criou uma escola de ensino primário. Era uma figura muito popular e estimada, na Póvoa, tinha uma filosofia muito especial de encarar e comentar os factos e os acontecimentos da vida diária. Sou testemunha de algumas das suas bizantinices, curiosas e extravagantes, dado o modo *sui generis* da sua especial e peculiar personalidade.

Apaixonado pela medicina caseira, e amigo da vida ao ar livre, palmilhava diariamente vários quilómetros pelas freguesias e lugares periféricos da Póvoa, regressando sempre com um grande ramo de *erva-ferreira* (assim ele lhe chamava — julgo tratar-se da *erva-férrea*, da família das Labiadas, espontânea e frequente em todo o país, também conhecida por *bígula* ou *erva-de-são-lourenço*), cujas propriedades terapêuticas propagandeava, para ser tomada em chá ou infusão.

Como referi, era pessoa muito curiosa e considerada, sendo agradável o seu convívio. Julgava-se entendido em mecânica e até estava encarregado de *olhar* pelo relógio da Matriz, que procurava trazer sempre adiantado 1 ou 2 minutos, andando à frente dos outros, *como o Nicolau*, dizia ele (o Nicolau era um corredor ciclista que rivalizava com o Trindade, nas voltas a Portugal, de bicicleta, por essa altura). Esta era uma das suas muitas originalidades.



Dotado de grandes qualidades humanas e de trabalho, foi grande admirador de Portugal e particularmente da Póvoa de Varzim.

Foi o grande obreiro do processo de geminação dos Clubes rotários de Angoulême e Póvoa de Varzim que, desde 1964, tem contribuído para o estreitamento das relações entre as duas cidades.

Na qualidade de Presidente do Comité Portugal-França, pelo lado francês, encaminhou para o nosso país grande quantidade de material médico distribuído pelos hospitais, entre os quais o da Póvoa de Varzim. Igualmente procedeu no que se refere a equipamento destinado a corporações de bombeiros.

---

Por força destas suas novas funções intensificaram-se as suas vindas a Portugal e, fosse qual fosse a escassez de tempo, sempre sobrava um resto para vir à Póvoa, rever a cidade e os amigos.

Em 1983, em reconhecimento dos altos serviços prestados às relações PORTUGAL-FRANÇA, o Presidente da República Portuguesa entende agraciá-lo com a Comenda da Ordem da Benemerência.

Na véspera do dia de Natal de 1991, um súbito ataque de coração roubou-lhe a vida aos 67 anos, quando já se faziam preparativos para a reunião magna de todos os Clubes Portugueses e Franceses a realizar em fins de Maio de 1992 e, por vontade expressa de Pierre Durand, na Póvoa de Varzim. Esta reunião irá fazer-se mas, infelizmente, sem a sua presença física. Mas será ele, mesmo assim, a figura fulcral e tutelar dessa jornada de confraternização e de saudade.

Considerando Portugal a sua segunda pátria, deixou expresso o desejo de que no seu funeral a Bandeira Portuguesa substituísse as flores e fosse ela a cobrir o seu caixão. Assim se cumpriu.

A Imprensa da sua terra noticiou assim a sua morte:

"Foi Homem de carácter e de grande coração, espírito aberto a todos os problemas humanos e sociais, a todas as soluções generosas, a todas as misérias morais e materiais.

"Inteligência brilhante, vontade de ferro, imaginação fértil, usava a autoridade sem tirania e a liberdade sem demagogia, era humano sem cedências fáceis e forte sem nunca se mostrar intransigente.

"Dele se poderá dizer que foi Homem-Síntese de todos os tempos:

Foi buscar a Roma e a Atenas a cultura e a eloquência;

Aos séculos das grandes catedrais, uma fé intensa e profunda;

Ao século XVI, uma ponta de ironia e o desejo de ser prestável;

Ao século XVII, o rigor e o senso comum;

Ao século XVIII, a abertura de espírito e a tolerância;

Ao século XIX, o forte dinamismo que sempre o acompanhou;

Ao século XX, o espírito aberto à concepção nova de um Mundo Novo."

É em relação a este homem, grande amigo de Portugal e da Póvoa de Varzim que Rotary Clube da Póvoa vem solicitar que seja estudada a possibilidade de o seu nome vir a ser atribuído a um arruamento da nossa cidade, de forma que, em caso afirmativo, as respectivas placas possam ser descerradas em fins de Maio, quando da grande reunião FRANCO-PORTUGUESA.

PÓVOA DE VARZIM, 21 de Abril de 1992.

O PRESIDENTE DO ROTARY CLUBE.

Pelos altos serviços prestados as relações Franco-Portuguesas e pelo seu amor por Portugal, foi agraciado com a Comenda da Ordem da Benemerência.

Teve benemérita acção no apoio aos nossos emigrantes, tentando resolver da melhor forma todos os problemas de que tinha comhecimento. Da sua acção beneficiaram alguns conterrâneos nossos, abundantes na região de Angoulême.

Sempre que podia, era na Póvoa que ele marcava os maiores encontros rotários Portugal-França.

Considerava Portugal a sua segunda Pátria. Aprendeu a falar português e era na nossa língua que fazia as suas intervenções de grande eloquência.

No seu testamento deixou expresso o desejo de que no seu funeral a Bandeira Portuguesa substituísse as flores e fosse a cobrir o seu caixão. Cumpriu-se esse desejo. As flores foram posteriormente colocadas no seu jazigo, levadas por uma delegação do Rotary Clube da Póvoa de Varzim que, de propósito, se deslocou a Angoulême.

Duarte R. Aguiar"

RAUL FARIA (RUA DO DR.) — Em reunião camarária de 24 de Fevereiro de 1993, foi aprovada uma proposta da C. M. T. datada de 11 de Dezembro de 1992, dando o nome de *Rua do Dr. Raul Faria*<sup>24</sup> ao arruamento que parte da Rua da Imprensa Regional e se dirige para Norte, até à Rua de José Ribeiro Galvão.

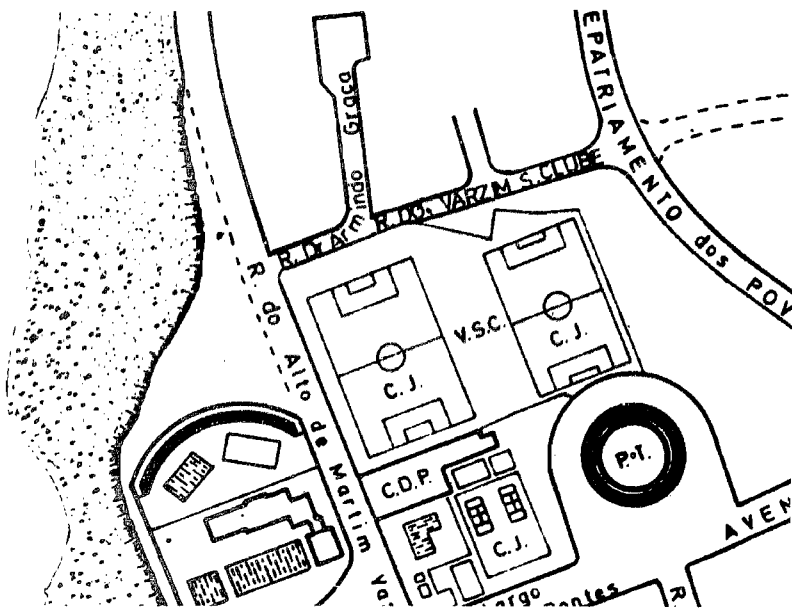
---

<sup>24</sup> O Dr. Raul Faria, de seu nome completo Raul Lima de Faria, nasceu na Póvoa de Varzim, à Rua da Junqueira, no actual n.º 11, às 2 horas da tarde do dia 14 de Dezembro de 1889. Foi filho de farmacêutico José Avelino da Costa Faria, natural de Rates, Póvoa de Varzim, e de Josefina Ferreira Lima, natural de S. Simão da Junqueira, Vila do Conde, ambos residentes na Rua da Junqueira, Póvoa de Varzim. Teve por padrinho o presbítero José Isidro Brenha e como madrinha Balbina Cândida da Costa Faria, casada, de S. Pedro de Rates.

Casou na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição (Matriz) da Póvoa de Varzim, no dia 3 de Setembro de 1910, com Berta Carneiro, de quem houve Maria Josefina de Magalhães Faria Cabral, Amélia de Magalhães Faria Amaral e Dr. Raul de Magalhães Faria.

Fez os estudos na Póvoa de Varzim, nos liceus do Porto e de Coimbra e formou-se em Medicina na Universidade de Lisboa no ano de 1917. Foi médico distinto e exerceu vasta clínica geral na cidade de Lisboa, dedicando-se também à especialidade de Tisiologia, tendo sido médico do Sanatório do Lumiar. Senhor de vasta cultura geral e humanística, dotado de fino trato, distinguiu-se pelo seu nobre carácter de honestidade,





A proposta da C. M. T. foi acompanhada de seguinte nota justificativa:

«O Varzim Sport Club foi fundado em 25 de Dezembro de 1915, tendo por fim “desenvolver a educação física e o desporto, com relevância para o futebol, promovendo a sua prática e expansão entre os seus associados e proporcionando-lhes igualmente meios de cultura e entretenimento.

na época de 1968/1969 foi disputado por 14 clubes, com 7 jogos em cada jornada (2 mãos), a “EPO” editou outros tantos opúsculos dedicados aos clubes anfitriões (e correspondentes adversários), com dados históricos e estatísticos referentes a esses clubes.

— “O VARZIM”, jornal do clube, publicado desde 1 de Setembro de 1973 até ao n.º 73, de Julho de 1992. Este jornal teve sucessivamente os seguintes directores: Professor Rodgério Viana, P. Manuel Vaz, António Faria Gonçalves, José de Azevedo e Luís Leal.

— “VARZIM SPORT CLUB, Campeão Nacional de Futebol da 2.ª Divisão — 1975-1976”, número de 48 páginas, tamanho A4, muito ilustrado, contendo um extenso artigo esclarecedor do historial do clube.

— “CRUZEIRO — REVISTA DESPORTIVA DE RECREIO E CULTURA/VARZIM S. CLUB”, edição ilustrada, propriedade e direcção de Emílio Loubet, N.º 1, Ano 1, Novembro de 1982, Porto, com 40 páginas numeradas, dedicado todo ao Varzim Sport Club.

Presentemente, tem a sua sede própria na Rua de Santos Minho, n.º 28, e instalações desportivas igualmente próprias sitas na Rua do Alto de Martim Vaz e actualmente dedica-se à prática das seguintes modalidades desportivas: Atletismo, Basquetebol, Voleibol, Karaté e Futebol. Nesta última modalidade, a mais desenvolvida, tem Escolas de Formação de Jogadores, Equipas de Infantis (2), de Iniciados (2), de Juvenis (2), de Júniores (2) e de Profissionais/Seniores (2).

Actualmente, a sua equipa principal de futebol milita na II Divisão Nacional, tendo já estado no topo máximo da I Divisão Nacional (de 1963 a 1971, 1976 a 1981, 1982 a 1985 e de 1986 a 1988). Ao longo de 76 anos foi o Varzim Sport Club um organismo desportivo que muito prestigiou a nossa terra, sendo o seu historial, muito brilhante, atestado e documentado na sua Sala de Truféus, recheada de medalhas, galhardetes, diplomas e taças, algumas muito valiosas.

A Comissão Municipal de Toponímia considera um acto de Justiça, como reconhecimento poveiro, que o nome do Varzim fique memorado na toponímia da nossa cidade. (Ver sobre a função do Varzim, o que escreveu Jorge Barbosa no Boletim Cultural Póvoa de Varzim, Vol. XVI, 1977, n.º 1, pp. 55 a 57).»

Como curiosidade, registe-se a seguinte nota estatística — O Varzim Sport Club é o 17.º Clube com maior permanência no Campeonato Nacional de Futebol da I Divisão, pois teve presença em 16 anos, realizou 516 jogos, contou 145 vitórias, 151 empates e 220 derrotas, marcou 547 golos e sofreu 756 e somou, nessas 16 épocas, um total de 441 pontos.

O Varzim foi agraciado pela Câmara Municipal, em 1937, com a Medalha de Prata do Reconhecimento Poveiro e desde 5 de Novembro de 1980 que é considerado clube de utilidade pública (Dec.-Lei 460/77 publicado no D. R. — 2.ª Série n.º 256 de 5-11-80). Tem a Medalha de Bons Serviços Desportivos e é Sócio Honorário da Associação de Futebol do Porto.

— “73”, revista ilustrada comemorativa do 73.º aniversário do clube, com 26 páginas de 205x285 mm. Contém uma página com efemérides importantes da vida do clube.

— “ALA ARRIBA — VARZIM SPORT CLUB”, número único ilustrado, do tamanho A4, de 58 páginas numeradas, comemorativo do 2.º Torneio de Futebol Juvenil, datado de Agosto de 1992. Contém uma Resenha histórica do Varzim Sport Club.

27 DE FEVEREIRO (RUA DE) — Em reunião camarária de 24 de Junho de 1992, foi aprovada uma proposta da C. M. T. datada de 5 de Maio de 1992, dando o nome de *Rua de 27 de Fevereiro*<sup>27</sup> ao arruamento (então ainda projectado ou em começo de construção) que tem início no topo norte da Avenida do Repatriamento dos Poveiros e segue para Norte, até à Escola de Aver-o-Mar.

A proposta da C. M. T. foi acompanhada da seguinte nota justificativa:

"27 de Fevereiro de 1892, uma tragédia marítima sempre presente na memória colectiva da comunidade poveira — Data alguma entre as mais impressivas e demarcantes da história local — Outorgação dos Forais, Dionisino e Manuelino (9.Março.1308/25.Novembro.1514); Criação da Comarca (16.Junho.1875) e Elevação da Póvoa a Cidade (16.Junho.1973) — sobrevive, inteira e nítida, na memória colectiva da comunidade poveira. E mais sumidos e enevoados são ainda os rastros das balizas cronológicas respeitantes às biografias dos nossos homens mais ilustres!

Data imperecível, como que gravada a fogo vivo na memória poveira, só esta: 27 de Fevereiro de 1892. Quase sempre referida sem a menção do ano, que bem basta o dia e o mês aziago para reacender a angústia de uma tragédia, que vestiu de longo e pesado luto a nossa colmeia piscatória.

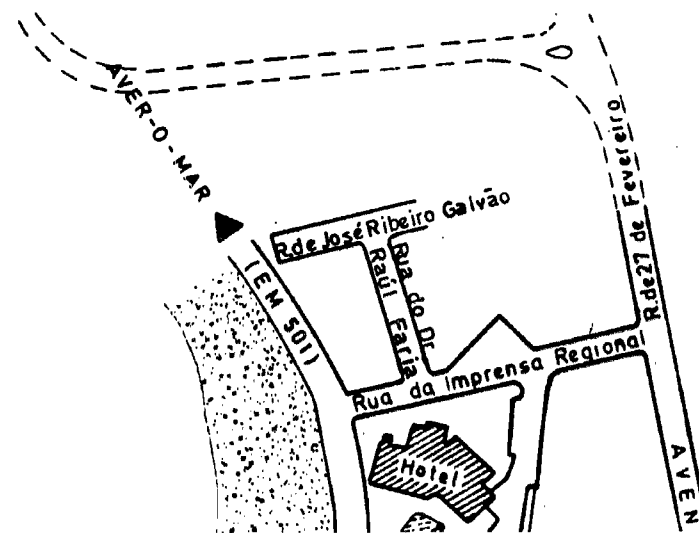
Um doloroso acontecimento, que foi tecendo, de geração em geração, um profundo sentimento trágico e um consciente e respeitoso temor pelo Mar amado, ainda hoje presente na memória e nas vivências quotidianas dos nossos pescadores.

Evocação gerada por múltiplas reminiscências onde o tempo vivido e os testemunhos herdados e transmitidos por tradição assumem um carácter mítico, que a imaginação e a realidade confrontam e transfiguram.

<sup>27</sup> Sobre este assunto, ver "Evocação da Tragédia Marítima de 27 de Fevereiro de 1892", por Manuel Lopes, in Boletim Cultural "Póvoa de Varzim", Vol XXIX, 1992, N.ºs 1/2, minucioso e completo estudo sobre este trágico acontecimento, citando a utilização de 42 espécimes bibliográficos.

Na freguesia da Afurada, Vila Nova de Gaia, há também uma *Rua de 27 de Fevereiro*, recordando a mesma tragédia marítima que vitimou 35 pescadores daquela localidade\*.

\* Ver "História da Afurada", do Padre Joaquim de Araújo (seu primeiro pároco), Junho de 1992, p. 14.



A amplitude da Tragédia pode bem avaliar-se através do espaço privilegiado que lhe concedeu a imprensa nacional e local.

As informações sobre o número de mortos apresentam algumas discrepâncias mas não deixam, todas elas, de se irem aproximando do número exacto. Setenta pescadores da Póvoa de Varzim e trinta e cinco da Afurada, num total de cento e cinco.

Na Póvoa perderam-se quatro lanchas da pescada (três despeçaram-se na praia das Cachinas e uma desapareceu no mar alto. Arnaldo Cruz, (1892, cit. por José de Azevedo, 1985): 'Devoção do Senhor dos Aflitos' do mestre Francisco Nicolau; 'Senhora da Conceição' do mestre José Maio; 'Senhora do Amparo' do mestre José Jéque; 'Senhora dos Navegantes' do mestre Francisco Leonor. Da lancha 'Senhora da Luz' do mestre Marcelino Graça morreu apenas Manuel dos Santos da Ruça.

As cenas lancinantes que tiveram lugar nesse verdadeiro palco da Tragédia em que se tornou a enseada poveira, encontraram o seu contraponto emocional e dramático nos actos de abnegação dos pescadores e na intensa acção filantrópica das mais diversas associações cívicas, individualidades e entidades públicas e privadas de todo o país.

Têm a História e a Vida as suas lições. Viva está sempre, na memória das nossas gentes marinheiras, a Tragédia de 27 de Fevereiro de 1892.



Visões e vivências que se guardam, transmitem e transformam em valores morais e culturais, indiscutíveis da tradição familiar.

Reviver o 27 de Fevereiro, hoje, é também reflectir sobre as condições de segurança dos nossos pescadores. E lembrar os trágicos naufrágios destes últimos vinte anos.

Um século depois, muita coisa mudou. Não só se transformaram qualificativamente as condições do porto de pesca, como também se operaram enormes mutações na vida quotidiana e na mentalidade dos nossos pescadores.

Mas o mar é o mesmo. E se o poveiro já não é um afogado de profissão, ainda há muito que fazer para dar à classe piscatória o que ela merece. Nela se encontra indissocialmente inserida a nossa própria identidade cultural.”